

ESCOLA DE GUERRA NAVAL

CC EDUARDO GUIMARÃES DE HELD

BATALHA DO GOLFO DE LEYTE:
uma análise da influência do comando dividido no Pacífico

Rio de Janeiro

2022

CC EDUARDO GUIMARÃES DE HELD

BATALHA DO GOLFO DE LEYTE:
uma análise da influência do comando dividido no Pacífico

Dissertação apresentada à Escola de Guerra Naval, como requisito parcial para a conclusão do Curso de Estado-Maior para Oficiais Superiores.

Orientador: CF Gustavo Ramalho Soares

Rio de Janeiro
Escola de Guerra Naval
2022

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, por iluminar meu caminho e estar sempre presente, concedendo força e sabedoria para a superação dos desafios do dia a dia.

Aos meus queridos pais, Carlos e Rosângela, provedores do alicerce que me permitiu chegar até aqui e exemplos de caráter e dedicação que busco reproduzir na minha vida pessoal e profissional.

À minha esposa Kamila e nossa querida Sophia, agradeço o amor despendido, a paciência, a compreensão e por propiciar todo o suporte necessário para que este trabalho pudesse ser desenvolvido.

Ao meu orientador, Capitão de Fragata Gustavo Ramalho Soares, por me guiar durante a elaboração desta pesquisa e pela paciência e profissionalismo, me mantendo no rumo certo por meio de suas valiosas orientações.

Por fim, ao corpo docente da Escola de Guerra Naval, que contribuiu para o meu aprimoramento intelectual e confecção deste trabalho, bem como aos amigos do C-EMOS 2022, pelo apoio e companheirismo durante esta jornada.

RESUMO

O desenvolvimento de uma doutrina específica para orientar o emprego conjunto das Forças Armadas de um Estado tem mostrado sua elevada importância, permitindo maximizar o potencial militar resultante da integração das capacidades de cada Força. Para que isso seja possível, é fundamental o estabelecimento de uma direção centralizada, capaz de promover a unidade de esforço. Destarte, o propósito deste trabalho é analisar a influência do comando dividido no teatro de operações do Pacífico, por parte dos Estados Unidos da América, durante a Batalha do Golfo de Leyte (1944), bem como verificar sua aderência aos conceitos estabelecidos na doutrina conjunta para suas Forças Armadas. Para isso, foi necessário estudar todo o período da Guerra do Pacífico (1941-1945) que antecede a batalha em questão, visto que a divisão do Pacífico entre dois comandantes remonta a decisões tomadas no início, e mantidas, durante toda essa guerra. Assim, o contexto temporal foi delimitado entre 1941 e 1944. Para atingir tal objetivo, foi empregado o confronto entre teoria e realidade, com base na pesquisa bibliográfica e documental, por meio do qual buscou-se responder a seguinte questão: o estabelecimento de um comando unificado nas Forças Estadunidenses teria alterado o desenvolvimento da batalha? Tão importante quanto analisar os efeitos do comando unificado é identificar os motivos que levaram à decisão estadunidense de não o fazê-lo. Ao final da análise, concluiu-se que o comando duplo no Pacífico, embora não tenha sido um fator decisivo em seu resultado, degradou a atuação das Forças Armadas norte-americanas na batalha, acarretando uma divisão de esforços e objetivos. Outrossim, na busca pelos motivos que levaram a tal decisão, verificou-se o quão prejudicial podem ser as disputas organizacionais dentro das Forças Armadas, quando prevalecem em detrimento da liderança conjunta.

Palavras-chave: Unidade de comando. Batalha do Golfo de Leyte. Guerra do Pacífico. Doutrina conjunta. Operações conjuntas. Forças Armadas. Esquadra.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Os limites da área do sudoeste do Pacífico e a extensão do avanço japonês.....	56
Figura 2 – Operação de desembarque no Golfo de Leyte.....	57
Figura 3 – Visão geral da batalha do Golfo de Leyte.....	58
Figura 4 – Batalha do Estreito de Surigao.....	59
Figura 5 – Batalha da Ilha de Samar.....	60

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

IGM –	Primeira Guerra Mundial
IIGM –	Segunda Guerra Mundial
ADCON –	<i>Administrative Control</i>
BN –	Base Naval
C2 –	Comando e Controle
CCDR –	<i>Combatant Commanders</i>
CCMD –	<i>Unified Combatant Commands</i>
CG –	Centro de Gravidade
CINCPACFLT –	<i>Commander in Chief, United States Pacific Fleet</i>
CINCPOA –	<i>Commander in Chief, Pacific Ocean Areas</i>
CINCUS –	<i>Commander in Chief, United States Fleet</i>
CJCS –	<i>Chairman of the Joint Chiefs of Staff</i>
COCOM –	<i>Command authority of Combatant Command</i>
DoD –	<i>Department of Defense</i>
EUA –	Estados Unidos da América
FA –	Forças Armadas
JCS –	<i>Joint Chiefs of Staff</i>
FT –	Força-Tarefa
JFC –	<i>Joint Force Commanders</i>
JFMCC –	<i>Joint Force Maritime Component Commande</i>
JP –	<i>Joint Publication</i>
JTF –	<i>Joint Task Forces</i>

LCM –	Linhas de Comunicação Marítimas
NAe –	Navios-Aeródromo
OPCON –	<i>operational control</i>
SecDef –	<i>Secretary of Defense</i>
TACON –	<i>tactical control</i>
TO –	Teatro de Operações
USARPAC –	<i>United States Army Pacific</i>
USINDOPACOM –	<i>United States Indo-Pacific Command</i>
USN –	<i>United States Navy</i>

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	8
2	DOCTRINA CONJUNTA PARA AS FORÇAS ARMADAS ESTADUNIDENSES	10
2.1	O SURGIMENTO DAS OPERAÇÕES CONJUNTAS	10
2.2	A DOCTRINA CONJUNTA DOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA	15
2.2.1	As Forças Conjuntas	17
2.2.2	Os Princípios da Guerra e as Funções Conjuntas.....	19
3	BATALHA DO GOLFO DE LEYTE	23
3.1	A GUERRA DO PACÍFICO	24
3.2	A BATALHA DO GOLFO DE LEYTE	29
3.2.1	Batalha do Mar de Sibuyan.....	32
3.2.2	Batalha do Estreito de Surigao	33
3.2.3	Batalha de Cabo Engaño	34
3.2.4	Batalha da Ilha de Samar	36
4	ENSINAMENTOS ACERCA DA DIVISÃO DO COMANDO NO PACÍFICO	37
5	CONCLUSÃO	50
	REFERÊNCIAS	53
	ANEXO	56

1 INTRODUÇÃO

A concepção do emprego dos departamentos militares na forma conjunta mudou a maneira como a guerra é desenvolvida. Trata-se de um caminho sem volta, pois a sinergia obtida com união dos esforços das diferentes Forças proporciona uma resultante maior que a soma de suas componentes individuais, que se reflete positivamente em diversos aspectos envolvidos com a atuação militar na guerra. Apesar disso, divergências culturais e doutrinárias enraizadas nas Forças, além de questões relacionadas à interoperabilidade, ainda geram dificuldades para o seu emprego conjunto de forma efetiva.

O propósito do presente trabalho é analisar as principais batalhas navais ocorridas na Guerra do Pacífico, com ênfase para a batalha do Golfo de Leyte, sob a ótica da Doutrina Conjunta para emprego da Forças Armadas (FA) dos Estados Unidos da América (EUA), de modo a levantar os principais pontos em que houve aderência aos conceitos doutrinários que viriam a ser desenvolvidos e aprimorados posteriormente, em especial no que se refere ao princípio da unidade de comando¹.

Assim, ao analisar a maneira como a falta de unidade de comando afetou o emprego das FA dos EUA na batalha do Golfo de Leyte e a sua influência na aderência aos demais princípios de guerra, buscar-se-á responder ao questionamento central dessa pesquisa: O estabelecimento de um comando único nas Forças estadunidenses teria alterado o desenvolvimento da batalha?

Complementarmente, procurar-se-á levantar os motivos que levaram à decisão de

¹ Significa que todas as forças operam sob um único comandante com a autoridade necessária para dirigir todas as forças empregadas na busca de um propósito comum. Original em inglês: *“means all forces operate under a single commander with the requisite authority to direct all forces employed in pursuit of a common purpose”* (EUA, 2017, p. V-1).

dividir o comando militar do Oceano Pacífico, como Teatro de Operações. Em atenção à ordem lógica e temporal, essa pesquisa antecederá o questionamento principal, no desenvolvimento desse trabalho, visto que tal decisão remonta ao início da Guerra do Pacífico.

Dessa forma, será utilizada a metodologia do confronto entre a teoria e realidade, cujo fundamento estará pautado na consulta histórica documentada. O período a ser pesquisado abrangerá o espaço temporal compreendido entre os antecedentes imediatamente anteriores ao início da Guerra do Pacífico, em 1941, e o término da batalha do Golfo de Leyte, em 1944, cuja relevância reflete-se nos valiosos elementos de estudo fornecidos no período supracitado, para o desenvolvimento da doutrina conjunta em vigor, e pela importância de tais conceitos para o presente e futuro da guerra.

Para alcançar o propósito almejado, esse trabalho será estruturado em cinco capítulos, iniciando pela presente introdução. O segundo capítulo, será destinado a apresentar os conceitos doutrinários em vigor, estabelecidos pelos EUA, para emprego das suas FA em Operações Conjuntas, bem como os principais eventos que marcaram o seu desenvolvimento. O terceiro capítulo será dedicado à descrição histórica da Guerra do Pacífico, iniciando pelo ataque japonês à Base Naval de Pearl Harbor, seguido de uma breve descrição das principais batalhas navais decorrentes, e encerrando com a batalha do Golfo de Leyte, objeto central dessa pesquisa, o qual será descrito com maior nível de detalhamento.

No quarto capítulo, será realizada uma análise dos principais eventos históricos descritos, a luz dos conceitos doutrinários para as operações conjuntas, em especial no que se refere ao princípio da unidade de comando, visando identificar os pontos de aderência, os fatores motivadores e as consequências das decisões tomadas à época. Por fim, o quinto capítulo apresentará uma conclusão sobre o tema pesquisado, decorrente das principais análises realizadas.

2 DOUTRINA CONJUNTA PARA AS FORÇAS ARMADAS ESTADUNIDENSES

Neste capítulo, será apresentada a fundamentação teórica para o emprego das FA dos EUA em Operações Conjuntas. Para isso, o assunto será dividido e abordado sob duas perspectivas diferentes. Na primeira, serão descritos os principais acontecimentos históricos envolvendo o emprego conjunto de Forças e as etapas pela qual os conceitos doutrinários passaram até alcançar a dimensão atual. Na segunda, será apresentada a doutrina conjunta dos EUA propriamente dita, traduzida por meio de uma série de publicações intituladas *Joint Publication (JP)*.

Sob essa perspectiva, em consonância com o objeto de estudo deste trabalho, será dada ênfase aos volumes JP 1 (base da doutrina conjunta), JP 3-0 (detalha as operações conjuntas) e sua subsérie JP 3-32 (específica para operações marítimas conjuntas).

2.1 O SURGIMENTO DAS OPERAÇÕES CONJUNTAS

O emprego conjunto da Marinha e do Exército é uma prática comum desde a antiguidade². A história nos mostra inúmeros exemplos de guerras nas quais as Esquadras³ apoiaram os Exércitos durante suas operações em costas litorâneas ou por meio de transporte e abastecimento em expedições distantes. Por exemplo, a Expedição Siciliana ocorrida entre 415 e 413 a.C., durante a Guerra Civil naquela região.

Ao todo, incluindo trirremes montados para transporte de tropas, a força que partiu de Atenas no verão de 415 a.C. incluiu 134 navios, 5.100 soldados de infantaria

² Período na história da humanidade compreendido entre 4.000 a.C. e 576 d.C.

³ Organização de navios, aeronaves e forças do Corpo de Fuzileiros Navais, subordinada a um comandante que pode exercer controle operacional e administrativo. Original em inglês: "*fleet - organization of ships, aircraft, Marine Corps forces under a commander who may exercise operational, as well as administrative, control*" (EUA, 2021, p. GL-5).

pesada, 480 arqueiros, 700 lançadores, 120 soldados de infantaria leve e 30 cavaleiros. Além disso, havia pelo menos 130 navios menores de abastecimento. Incluindo as tripulações, a mão de obra combatente total estava próxima de 27.000 homens (FERRIL, 1997, p. 133, tradução nossa)⁴.

Nesse sentido, várias operações foram conduzidas em conjunto por Exércitos e Marinhas também na Guerra dos Trinta Anos (1618-1648), na Guerra dos Sete Anos (1756-1763), nas Guerras Revolucionárias Francesas e Napoleônicas (1792-1815), na Guerra da Crimeia (1853-1856), na Guerra Civil Americana (1861-1865), na Guerra Hispano-Americana (1898) e na Guerra Russo-Japonesa (1904-1905) (DUPUY, R.; DUPUY, T.⁵ apud VEGO, 2008).

Em 1903, os EUA criaram seu primeiro Conselho Conjunto do Exército e da Marinha, visando o planejamento de operações conjuntas e a solução de problemas de interesse comum aos dois Serviços. “Na virada do século, a guerra tornou-se complexa demais para que o planejamento conjunto *ad hoc* fosse bem-sucedido”⁶.

As primeiras grandes operações conjuntas modernas emergiram durante a última fase da Primeira Guerra Mundial (IGM, 1914-1918), quando passaram a ser executadas tanto pelos Aliados⁷ quanto pelos Alemães, caracterizadas por ofensivas terrestres conduzidas com apoio de centenas de aeronaves. O papel principal permanecia com a infantaria e a artilharia, enquanto as aeronaves realizavam reconhecimento e ataques contra tropas inimigas no solo. Nessas primeiras experiências, a cooperação entre as armas de combate era rudimentar e fraca, evidenciando a necessidade urgente de se resolver o problema da estreita cooperação

⁴ Original em inglês: “*Altogether, including triremes fitted out as troop transports, the force that sailed from Athens in the summer of 415 BC included 134 ships, 5,100 hoplkes, 480 archers, 700 Rhodian slingers, 120 light armed infantry and 30 cavalry. In addition there were at least 130 smaller supply ships. Including the crews the total combatant manpower was in the neighbourhood of 27,000 men*” (FERRIL, 1997, p. 133).

⁵ DUPUY, R. Ernest; DUPUY, Trevor N. *The Harper Encyclopedia of Military History From B.C. to the Present*. Nova York: Harper and Row, 1986.

⁶ Origem dos conceitos conjuntos, extraído do sítio oficial do Estado-Maior Conjunto dos EUA. Disponível em: <<https://www.jcs.mil/About/Origin-of-Joint-Concepts/>>. Acesso em 21jun. de 2022. Original em inglês: “*By the turn of the century, war had become too complex for ad hoc joint planning to be successful*”.

⁷ Conjunto de países que lutaram no mesmo lado durante a IGM, composto inicialmente por França, ex-URSS e Reino Unido e posteriormente complementado com Itália e EUA (TOTA, 2006, p. 355-389).

entre as unidades terrestres, navais e aéreas (VEGO, 2008).

De acordo com Locher III (2002), durante o período entre guerras não ocorreram mudanças significativas na gestão das FA. Apesar dos Secretários do Exército e da Marinha reforçarem o Conselho Conjunto após a IGM, os dois departamentos não o viam como um meio de atração para uma maior integração. O conselho prescrevia a “cooperação mútua” como o método preferido de interação, desconsiderando séculos de lições sobre a necessidade de unidade de comando.

Durante a Segunda Guerra Mundial (IIGM, 1939-1945) surgiram os quatro tipos de operações principais: terrestre; naval; aérea e conjunta (VEGO, 2008, p. 113). Em dezembro de 1941, com a entrada dos EUA na IIGM, tornou-se necessário o estabelecimento de alguma forma de cooperação e coordenação militar entre os norte-americanos e o Reino Unido. Assim, entre o fim de 1941 e início de 1942, o Presidente dos EUA à época, Franklin D. Roosevelt (1882-1945) e o então Primeiro-Ministro do Reino Unido, Winston Churchill (1874-1965), acompanhados de seus respectivos assessores, reuniram-se em Washington D.C. para a realização da “Conferência ARCADIA” (EUA, 2013, p. 1).

Na ocasião, Churchill apresentou seu Comitê de Chefes do Estado-Maior do Reino Unido, responsável pelo comando e direção estratégica das suas FA e por fornecer aconselhamento militar ao Primeiro-Ministro e ao Gabinete de Guerra. Os EUA não tinham uma organização comparável à apresentada pelo Primeiro-Ministro e, seu Conselho Conjunto, na qualidade de órgão consultivo e deliberativo, não era adequado para dirigir operações em tempo de guerra. Decorrente dessa constatação, foi criado o Estado-Maior Conjunto dos EUA (JCS, do inglês *Joint Chiefs of Staff*), ainda em 1942, visando atender àquela demanda imediata e funcionar como uma liderança corporativa dentro da estrutura militar estadunidense, sob a direção imediata do presidente Roosevelt como Comandante em Chefe. Eles eram seus

principais conselheiros militares e responsáveis por coordenar e dar direção estratégica ao Exército e à Marinha dos EUA, além de preparar planos conjuntos de guerra e emitir as diretrizes para sua implementação (EUA, 2013, p. 2).

Até o fim da IIGM, ocorreram sucessivas melhorias, incluindo uma reorganização abrangente da estrutura de apoio do Estado-Maior Conjunto em 1943 e a criação de vários outros comitês conjuntos (EUA, 2013, p. 3). Essas primeiras reorganizações do Exército e da Marinha apresentaram resultados bem distintos. O Exército centralizava a autoridade sob o Secretário e o JCS, enquanto a Marinha permaneceu descentralizada. Os dois Serviços desenvolveram sistemas de gestão diferentes e segregados, contribuindo para as disputas organizacionais entre as duas Forças durante e após a IIGM (LOCHER III, 2002, p. 18).

A evidente falta de unidade observada levou a condução de diversas audiências pela Câmara dos EUA, a partir de 1944, a fim de avaliar a organização militar do período pós-guerra. Como resultado dessas audiências, o presidente Harry S. Truman (1884-1972) assinou a Lei de Segurança Nacional de 1947. A Lei previa uma reorganização das Forças Armadas, incluindo a criação do Departamento de Defesa dos EUA (DoD, do inglês *Department of Defense*), chefiado por um Secretário de Defesa, composto por um Estado-Maior Conjunto e integrado pelos Departamentos do Exército, da Marinha e da Aeronáutica. Nesse mesmo ano, a Força Aérea dos EUA se tornou uma força singular (EUA, 2013, p. 16). Houve uma resistência significativa para a formação do DoD, principalmente por parte das Forças Militares, que eram contrárias a serem geridas por um departamento em comum (BREHM, 1999, p. 36).

Desde sua criação, até a década de 1980, o DoD passou por diversos planos de reorganização. Apesar disso, durante esse período a “organização disfuncional das forças

armadas foi uma ferida autoinfligida” (LOCHER III, 1999, p. 17, tradução nossa)⁸. Em um período em que a guerra moderna exigia a integração das capacidades aéreas, terrestres e marítimas, as Forças lutavam para preservar um alto grau de separação. Essa oposição continuava a ser um elemento prejudicial, visto que os departamentos viam o crescimento da autoridade conjunta como uma perda de suas autoridades originais (LOCHER III, 1999, p. 22).

Diante dessa realidade, o então Chefe do Estado-Maior Conjunto das FA dos EUA (CJCS, do inglês *Chairman of the Joint Chiefs of Staff*), General David C. Jones (1921-2013), estava convencido de que o Almirante Mahan estava certo quando afirmou que as Forças militares não poderiam se reorganizar por iniciativa própria, seria necessária pressão externa para isso (JONES, 1999, p. 4). Assim, em 1982 designou uma comissão especial para estudar os problemas decorrentes da excessiva autonomia entre os comandos das três Forças Armadas, que levava a uma improdutiva e dispendiosa rivalidade entre elas e a dificuldades de coordenação de operações pelos Comandos Conjuntos então existentes. Assim, deu início a mais importante reforma e reestruturação do DoD e do Estado-Maior Conjunto desde a Lei de Segurança Nacional de 1947 (BASSOLI, 2011, p. 3).

Como resultado, em 1986, o então Presidente Ronald W. Reagan (1911-2004) assinou a Lei de Reorganização do DoD Goldwater-Nichols, que modificou radicalmente a forma como as FA são empregadas em operações ao redor do mundo, aumentando muito a autoridade do CJCS, em detrimento dos Chefes de Estado-Maior das Forças, na condução das campanhas militares. Além disso, a reforma previu ações e procedimentos para aumentar o prestígio e as recompensas do dever conjunto, em um esforço para melhorar o funcionamento do sistema e a qualidade do aconselhamento militar conjunto (EUA, 2013, p. 63).

⁸ Original em inglês: “*the dysfunctional organization of the military was a self-inflicted wound*” (LOCHER III, 1999, p. 17).

Nessa nova estrutura foram criados os Comandos Combatentes Unificados, que são Comandos Conjuntos diretamente subordinados ao Secretário de Defesa e ao Comandante em Chefe das Forças Armadas, o Presidente dos EUA (BASSOLI, 2011, p. 2).

Outras reorganizações/reformas do DoD continuaram a ocorrer nos anos que se sucederam, até o estabelecimento de sua configuração atual. Ao longo desse período, também foi desenvolvida e aperfeiçoada a Doutrina Conjunta dos EUA, composta pela teoria e conceitos necessários para a padronização das terminologias, dos relacionamentos, das responsabilidades e dos processos, bem como para orientar o planejamento e a execução das Operações Conjuntas pelas Forças estadunidenses. A doutrina conjunta surgiu como uma organização central das forças nas operações militares (SHALIKASHVILI, 1999, p. 70).

2.2 A DOCTRINA CONJUNTA DOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA

Os EUA empregam as *Joint Publication* para condensar a sua doutrina conjunta, e, assim, promover uma perspectiva comum para o planejamento e a condução de operações militares. As JP funcionam como “uma ponte entre a política e a doutrina conjunta”, estabelecendo e delimitando a autoridade que os comandantes militares podem exercer, bem como as relações de comando entre eles, com o objetivo de aumentar a eficácia operacional das forças conjuntas (EUA, 2017, p. XXV). O DoD é o responsável pela sua elaboração, sob a direção e ratificação do CJCS.

A JP 1, Doutrina para as Forças Armadas dos EUA, é a publicação fundamental para toda a doutrina conjunta, apresentando os princípios básicos e orientações abrangentes para o emprego de suas FA. Sua primeira versão, *Joint Warfare of the U.S. Armed Forces*, foi aprovada em 1991. A JP 1 é abrangente, sendo complementada e detalhada por um conjunto

de publicações, agrupadas funcionalmente em seis séries principais: JP 1-0, Pessoal; JP 2-0, Inteligência; JP 3-0, Operações; JP 4-0, Logística; JP 5-0, Planejamento; e JP 6-0, Sistema de Comunicações. A base teórica para as Operações Conjuntas está contida na série JP 3-0 e suas subséries (JP 3-01 a JP 3-85), que fornece orientação para o planejamento, execução e avaliação de operações militares conjuntas. No contexto do presente trabalho, serão abordadas a JP 1, a JP 3-0 e a sua subsérie JP 3-32, que trata especificamente das Operações Marítimas Conjuntas.

Segundo a JP 1, o Presidente e o Secretário de Defesa (SecDef) dos EUA exercem autoridade, direção, e controle das FA por meio de dois caminhos distintos, dentro da sua cadeia de comando e controle (C2). Um deles, vai do Presidente aos Comandantes Combatentes Unificados (CCDR, do inglês *Combatant Commanders*), por meio do SecDef, contando com a assessoria e assistência do CJCS para missões atribuídas aos seus comandos. A outra ramificação, com objetivos além da direção operacional dos Comandos Combatentes Unificados, vai do Presidente aos Secretários dos Departamentos Militares, também por meio do SecDef, e destes para os Comandantes em Chefe de cada FA.

Cada departamento militar é estruturado sob a autoridade, direção e controle do seu próprio Secretário, que exerce controle administrativo (ADCON⁹) por meio de seus respectivos Chefes de Serviço Militar (do Exército, da Marinha e da Força Aérea).

De acordo com a JP 3-0, as Operações Conjuntas são caracterizadas por ações militares conduzidas por forças conjuntas, empregadas em relações de comando específicas entre si, quando, por si só, não formam uma única força conjunta. Uma “força conjunta” é aquela composta por elementos significativos, designados ou anexados, de dois ou mais

⁹ Sigla do inglês *Administrative Control*.

departamentos militares operando sob um único comando, que exerce a função de Comandante de Força Conjunta (JFC, do inglês *Joint Force Commanders*). Embora uma Força Armada individual esteja totalmente capacitada a planejar e conduzir operações independentes, a principal maneira pela qual o DoD emprega dois ou mais departamentos militares em uma operação de combate é por meio de Operações Conjuntas.

2.2.1 As Forças Conjuntas

A JP 1 apresenta os três níveis de forças conjuntas estabelecidos: Comandos Combatentes Unificados (CCMD, do inglês *Unified Combatant Commands*), Comandos Unificados Subordinados e Força-Tarefa Conjunta (JTF, do inglês *Joint Task Forces*).

Os CCMD são comandos com amplas missões contínuas, sob um único comando, integrados por componentes de dois ou mais departamentos militares, em uma operação de grande escala que requer controle positivo da execução tática ou em uma grande área geográfica ou funcional, que exija responsabilidade única pela coordenação efetiva das operações¹⁰. O Comando Combatente (COCOM) é a autoridade de comando investida apenas aos comandantes dos CCMD, que não pode ser delegada ou transferida, mas pode ser exercida por meio de um Comandante de Força-Tarefa Conjunta, um Comandante de Componente Funcional ou um Comandante de Força organizada por tarefa (Força-Tarefa ou Grupo-Tarefa) (EUA, 2018, p. III-3).

¹⁰ De acordo com o sítio oficial do DoD, atualmente há onze CCMD estabelecidos pelos EUA, sendo quatro funcionais: Comando Cibernético; Comando de Operações Especiais; Comando Estratégico e Comando de Transporte, e sete CCMD geográficos: Comando da África; Comando Central; Comando Europeu; Comando Indo-pacífico; Comando do Norte; e Comando do Sul). Disponível em: <<https://www.defense.gov/About/combatant-commands/>>. Acesso em 20jun. de 2022.

Segundo a doutrina (JP 1), os Comandos Unificados Subordinados são estabelecidos por um CCDR, quando julgado necessário e mediante autorização do SecDef, para conduzir operações de forma contínua em uma área geográfica ou base funcional. Seus comandantes têm funções e responsabilidades semelhantes às dos comandantes de CCMD.

Uma Força-Tarefa Conjunta é uma força conjunta designada pelo SecDef ou por um CDDR, para realizar ações em uma área geográfica específica ou base funcional, a fim de cumprir um objetivo específico limitado, e não requer controle centralizado geral da logística. O JFC tem autoridade para estabelecer Comandos Componentes, designar missões, redirecionar esforços e realizar a coordenação entre os subordinados (EUA, 2018, p. IV-5).

Dessa forma, podemos ter o estabelecimento dos Comandos Componentes para a condução de operações em que Forças de dois ou mais departamentos militares operam dentro do mesmo Teatro de Operações¹¹ (TO) ou quando há necessidade de cumprir um aspecto distinto da missão designada. Os comandantes de componentes terrestres, aéreos e marítimos são exemplos de Comandantes de Componentes Funcionais. Cabe ressaltar, que esses são comandantes de componentes subordinados a uma força conjunta e não constituem um "Comando de Força Conjunta", com as autoridades e responsabilidades de um JFC, mesmo quando empregando forças de dois ou mais departamentos militares (EUA, 2018, p. IV-7).

Geralmente, o comandante do componente designado será o que tem a preponderância das Forças e capacidade de exercer o C2, por meio do controle operacional¹² (OPCON, do inglês *operational control*) sobre suas próprias Forças e o controle tático¹³

¹¹ Área operacional definida pelo Comandante Combatente geográfico para a condução ou apoio de operações militares específicas. Texto original em inglês: "An operational area defined by the geographic combatant commander for the conduct or support of specific military operations" (EUA, 2018, p. GL-16).

¹² Autoridade para desempenhar as funções de comando sobre as forças subordinadas envolvendo a organização e o emprego de comandos e forças, designando tarefas, designando objetivos e dando direção autoritária necessária para cumprir a missão (EUA, 2018, p. III-3).

¹³ Autoridade suficiente para controlar e dirigir a aplicação da força ou uso tático de meios de apoio ao combate

(TACON, do inglês *tactical control*) sobre outras Forças disponibilizadas para a missão.

O JFC pode optar por designar um Comandante do Componente Marítimo da Força Conjunta (JFMCC, do inglês, *Joint Force Maritime Component Commander*), que será o responsável: pelo movimento e manobra das forças designadas e anexadas; por fazer recomendações sobre movimento de forças de apoio; e pela coordenação do movimento ou manobra de outras Forças componentes através do TO marítimo. Ele busca vantagem operacional, proporcionando concentração de forças, liberdade de movimento e contribuindo para a obtenção do elemento surpresa (EUA, 2021, p. III-7).

As operações marítimas conjuntas são realizadas para atingir objetivos operacionais no mar ou para atingir um objetivo em terra a partir do mar, por meio do emprego de forças marítimas e outras Forças designadas, em apoio aos objetivos de campanha do JFC ou em apoio a outros componentes da Força conjunta. Haverá operações em que a unidade de comando pode não ser possível. Nesses casos, o exercício da unidade de esforço torna-se primordial, a fim de prover uma coordenação adequada, baseada na cooperação. A execução descentralizada de planos centralizados e abrangentes ou o “comando de missão”, possibilita essa unidade de esforço (EUA, 2017, p. V-14).

2.2.2 Os Princípios da Guerra e as Funções Conjuntas

A fim de facilitar o planejamento e o emprego da força conjunta, a doutrina agrupou as atividades e capacidades de acordo com suas características funcionais, em sete funções conjuntas, a saber: “comando e controle; informação; inteligência; fogos; movimento

dentro da missão ou tarefa designada (EUA, 2018, p. III-3).

e manobra; proteção e sustentação” (EUA, 2018, p. III-1, tradução nossa)¹⁴. As funções conjuntas reforçam e complementam umas às outras, auxiliando o JFC a integrar, sincronizar e dirigir as operações conjuntas. Algumas funções, como C2, informações e inteligência, se aplicam a todas as operações e a integração entre elas é essencial para o sucesso da missão.

O “comando” corresponde à autoridade e à responsabilidade de usar recursos para o cumprimento das missões atribuídas, enquanto o “controle”, que é inerente ao comando, corresponde à administração e direção das forças e funções, fornecendo aos comandantes um meio de medir, relatar e corrigir o desempenho (EUA, 2018, p. X-III).

O “comando de missão” é definido na JP 3-32 como a condução de operações militares por meio de execução descentralizada, baseada em “ordens do tipo missão”, muito comuns em operações navais. O sucesso no seu exercício exige que os líderes subordinados, em todos os escalões, desenvolvam uma iniciativa disciplinada e ajam de forma agressiva e independente para cumprir a missão, focando no propósito da operação e não nos detalhes de como realizar as tarefas atribuídas ou em comunicações constantes. Por isso, é essencial a compreensão completa das intenções do Comandante em todos os níveis de comando, garantido a comunicação implícita.

As operações marítimas conjuntas tendem a ser descentralizadas, e assim a unidade de esforços é alcançada por meio do exercício do comando de missão. Dessa forma, os comandantes subordinados executam as operações de forma independente, porém com uma compreensão completa da intenção do comandante superior. O emprego de ordens do tipo missão permite a obtenção de vantagem relativa por meio da capacidade organizacional de observar, orientar, decidir e agir rapidamente (EUA, 2021, p. II-2).

¹⁴ Original em inglês: “*command and control, information, intelligence, fires, movement and maneuver, protection, and sustainment*” (EUA, 2018, p. III-1).

A capacidade das Forças Armadas de operar como uma equipe conjunta coesa é uma vantagem fundamental em qualquer ambiente operacional, proporcionando unidade de esforço e facilitando a tomada de decisão. Essa união da força conjunta é entendida como sinérgica, com uma resultante maior que a soma de suas componentes individuais, obtida por meio da combinação de capacidades conjuntas, táticas, técnicas e procedimentos assimétricos.

A doutrina conjunta reforça a importância dos nove princípios de guerra, a saber: ofensiva; massa; manobra; economia de força; objetivo; unidade de comando; segurança; surpresa e simplicidade. A experiência adquirida em uma variedade de situações de guerra irregular levou à inclusão de mais três princípios: contenção; perseverança e legitimidade, totalizando os 12 princípios das operações conjuntas (EUA, 2018, p. I-2).

O princípio do Objetivo, também chamado de Princípio Mestre por Gutiérrez (2016), por ser requisito para outros princípios, refere-se ao direcionamento de cada operação militar para um objetivo claramente definido e decisivo, que apoie a realização do objetivo estratégico geral. A Ofensiva, meio mais eficaz e decisivo para atingir um objetivo, visa aproveitar, reter e explorar a iniciativa, mantendo a liberdade de ação. O princípio da Massa, busca a integração e sincronização da força conjunta para concentrar os efeitos do poder de combate no lugar e no tempo mais vantajosos para obtenção de resultados decisivos. A Economia de Força, visa alocar o máximo possível de poder de combate nos esforços primários, em detrimento dos secundários. O princípio da Segurança, resulta das medidas tomadas pelos comandantes para proteger suas forças, reduzindo a vulnerabilidade a atos hostis, influência ou surpresa e aumentando a própria liberdade de ação (EUA, 2018, p. A-2).

A Unidade de Comando, significa que todas as Forças operam sob um único comandante, detentor da autoridade necessária para dirigir todas as forças empregadas na

busca de um objetivo comum. Quando a sua implementação não é possível, a unidade de esforço se torna primordial, possibilitando a coordenação e a cooperação em prol de propósitos comuns, cujo produto é uma ação unificada bem-sucedida, mesmo que os participantes não sejam parte do mesmo comando ou organização (EUA, 2018, p. A-2). O JFC deve empregar adequadamente esses princípios da guerra para sequenciar e sincronizar as ações táticas individuais que, juntas, atingem os objetivos determinados pela estratégia militar (VEGO, 2009a, p. I-6).

Assim, a história nos mostrou que o DoD passou por diversas reorganizações, com destaque para a Reforma de Goldwater-Nichols, em 1986, na tentativa de reduzir os problemas decorrentes da excessiva autonomia entre os departamentos militares, que levava a uma improdutiva e dispendiosa rivalidade entre eles.

As Joint Publication apresentam toda a orientação necessária para o planejamento e execução de operações conjuntas à luz da doutrina em vigor e seu cumprimento de forma adequada permite uma melhor combinação das forças conjuntas em prol dos objetivos do JFC. Para isso, é fundamental a execução de um C2 eficiente, que apresente a melhor relação entre o princípio da unidade de comando e a execução do comando descentralizado.

Durante a IIGM, apesar da existência do Conselho Conjunto e do recém-criado Estado-Maior Conjunto das FA estadunidenses, o emprego efetivamente conjunto das FA apresentou uma série de dificuldades durante as batalhas que viriam a ser travadas no oceano Pacífico.

3 BATALHA DO GOLFO DE LEYTE

Neste capítulo, serão descritos os principais eventos históricos ocorridos antes e durante a batalha do Golfo de Leyte. As relações de comando estabelecidas pelos EUA para o emprego das suas FA nessa Batalha, questão central desta pesquisa, foram decorrentes de decisões tomadas no início da Guerra do Pacífico, que permaneceram durante toda essa contenda entre os EUA e o Japão, a qual a batalha está inserida. Por isso, a importância de a pesquisa abranger todo o período, o que permitirá uma melhor compreensão dos motivos e consequências de tais decisões.

Desde o século XIX, o rápido processo de industrialização e desenvolvimento econômico do Japão exigiu que o país buscasse recursos e matéria prima fora de seu pequeno e pouco produtivo território. Nesse impulso por terra, o Império japonês já havia derrotado a China na Primeira Guerra Sino-Japonesa (1894-1895) e a ex-URSS na Guerra Russo-Japonesa (1904-1905), além de tomar a península da Coreia e outras ilhas do Pacífico, confirmando suas intenções de supremacia na região. As colônias no extremo oriente, pertencentes ao Reino Unido, França e Holanda, também se tornaram seus alvos, principalmente os cobiçados campos de petróleo das Índias Orientais Holandesas¹⁵ (SILVA, 2018, p. 133).

Pouco antes do início da IIGM o Japão invadiu novamente a China, dando início à Segunda Guerra Sino-Japonesa (1937-1945), e, em 1940, ocupou a Indochina Francesa¹⁶. Essa ofensiva levou os EUA e o Reino Unido a iniciarem um embargo ao Estado. O objetivo era conter a ameaça e o avanço japonês por meio de uma série de sanções que afetariam seu comércio, gerando desabastecimento, principalmente de recursos energéticos necessários

¹⁵ Ex-colônia holandesa que abrangia o atual território da Indonésia.

¹⁶ Ex-colônia francesa que abrangia o atual território do Vietnã, Laos e Camboja.

para a manutenção do seu esforço de guerra. Em resposta ao entrave comercial, veio o ataque nipônico (SAKURAI, 2007).

O plano do Japão previa a tomada da Malásia Britânica, Cingapura, Índias Orientais Holandesas, Filipinas e as ilhas Wake e Guam, conquistando as possessões europeias e estadunidenses na região e interrompendo suas comunicações marítimas no Pacífico Ocidental. Para garantir o sucesso do plano, seria necessário impedir ou minimizar a contraposição oferecida pelos norte-americanos, por isso a destruição da esquadra estadunidense no Pacífico também era um objetivo (EVANS; GIBBONS, 2016).

3.1 A GUERRA DO PACÍFICO

Assim, na manhã do dia 07 de dezembro de 1941, o Japão deu início a uma série de ataques no Havaí, Malásia, Filipinas, Hong Kong e ilhas de Guam, Wake e Midway, “destruindo as frotas [esquadras] aliadas lá estacionadas, bases aéreas e matando civis e militares” (SILVA, 2018, p. 137). Segundo Schom (2005), o ataque surpresa à Base Naval (BN) de Pearl Harbor resultou em 188 aeronaves destruídas, 159 avariadas, 2.402 norte-americanos mortos e 1.178 feridos, além de diversos couraçados e navios de guerra afundados ou inutilizados. Um fato importante para as batalhas aeronavais que se seguiram no Pacífico, foi a ausência de porta-aviões atracados em Pearl Harbor no dia do ataque, ao contrário do que estimavam os japoneses (GUTIÉRREZ, 2016).

[...] os porta-aviões americanos que estavam fora de Pearl Harbor no dia do ataque, puderam, nos primeiros meses do ano seguinte, derrotar algumas importantes forças japonesas nas Batalhas de Midway e do mar de Coral (TOTA, 2006, p. 372).

Nos dias seguintes, os ataques japoneses avançaram em outras ilhas, em cidades chinesas e em Cingapura. Segundo Schom (2005), a próxima ambição japonesa, denominada

Operação MO, intencionava a tomada de Port Moresby¹⁷ e da Ilha de Tulagi¹⁸, “visando afastar definitivamente as Forças Aliadas do extremo oriente asiático” (SILVA, 2018, p. 137). O ataque japonês às Filipinas, iniciado no dia 08 de dezembro de 1941, culminou, em março de 1942, com a retirada do General Douglas MacArthur (1880-1964), então Comandante das Forças Armadas no Extremo Oriente, para a Austrália, onde uma importante base Aliada estava sendo formada (EUA, 2006, p. 20).

Ainda em março de 1942, os Aliados formaram o Conselho de Guerra do Pacífico, composto por representantes do Reino Unido, Canadá, Austrália, Nova Zelândia, Holanda e China. Na nova organização do Comando Aliado do Pacífico, o Almirante Chester W. Nimitz (1885-1966) assumiu o Comando em Chefe da Área Oceânica Pacífico, a fim de comandar a Marinha e o Exército no Pacífico, com exceção da área do Comando Operacional do Sudoeste do Pacífico. Esta, ficou sob responsabilidade do General Douglas MacArthur (1880-1964), cuja jurisdição incluía as Filipinas, a Austrália, a Nova Zelândia, as Índias Orientais Holandesas, a Nova Guiné e as Ilhas Salomão (SCHOM, 2005) (FIG. 1, ANEXO). As relações de comando estabelecidas antes e depois da Guerra do Pacífico serão aprofundadas no próximo capítulo.

Após o ataque a Pearl Harbor, os EUA planejaram um bombardeio sobre a capital Tóquio, pois precisavam mostrar a si mesmos e ao povo japonês que estavam dispostos a lutar. Assim, um plano ousado foi colocado em prática, no qual bombardeiros B-25 seriam lançados do porta-aviões *Hornet*, mesmo sendo projetados para decolagem a partir de pistas mais longas. Em 19 de abril de 1942, sob o comando do Almirante William F. Halsey (1882-1959), o *Hornet* lançou 16 bombardeiros em direção à Tóquio. Apesar dos danos materiais pouco significativos, o moral do povo norte-americano aumentou ao constatar a vulnerabilidade

¹⁷ Capital e maior cidade da Papua-Nova Guiné, localizada no sudoeste do Oceano Pacífico.

¹⁸ Pequena ilha que apresenta o melhor porto de águas profundas no arquipélago das Ilhas Salomão.

daqueles que, até então, pareciam invencíveis (GUTIÉRREZ, 2016).

A Marinha dos EUA (USN¹⁹), por meio de uma Estação de Inteligência Naval sediada em Pearl Harbor, mantinha o monitoramento das mensagens japonesas, e assim detectaram indícios do início de uma complexa operação bélica no mar de Coral. Tratava-se da Operação MO sendo colocado em prática (SCHOM, 2005; SILVA, 2018, p. 139). Diante de tal expectativa, Nimitz decidiu enviar, em 1º de maio, uma Força naval Aliada ao extremo oriental do mar de Coral, sob o comando do Almirante Frank J. Fletcher (1885-1973). Do outro lado, a esquadra nipônica se deslocava para a mesma região e era composta por duas Forças invasoras, uma com destino a Ilha de Tulagi, ocupada pelos japoneses já no dia 03, e a outra com destino a Port Moresby (GILBERT, 1991, p. 322), composta por dois porta-aviões, que se posicionou às margens da costa oriental do Arquipélago das Luisíades²⁰. No lado dos Aliados, a Força do Alte Fletcher recebeu reforço de dois porta-aviões trazidos pelo Alte Halsey, compondo assim a Força-Tarefa (FT) 17, que se posicionou a sudoeste da Nova Guiné para impedir a invasão da Austrália e a ocupação de Port Moresby (SCHOM, 2005; SILVA, 2018).

As duas forças inimigas estavam separadas por centenas de milhas náuticas. No dia 07 de maio ocorreu o encontro aéreo, dando início à primeira batalha aeronaval da História, a batalha do Mar de Coral, travada entre duas Forças dotadas de porta-aviões posicionadas além do horizonte uma da outra. Embora as Forças Aliadas tenham sofrido perdas maiores, visto que o porta-aviões *Lexington* foi afundado e o *Yorktown* foi gravemente avariado, elas conseguiram impedir que a Operação MO alcançasse seu objetivo de ocupar Port Moresby e Tulagi. Assim, manteve funcionais as rotas de comunicação e as bases ocidentais no Pacífico. Esse resultado foi o primeiro fracasso estratégico do Japão nessa guerra,

¹⁹ Sigla do inglês *United States Navy*.

²⁰ Corrente de ilhas vulcânicas localizadas a sudeste da Nova Guiné.

apesar de ser considerada uma vitória tática nipônica (SILVA, 2018; GUTIÉRREZ, 2016).

Desde o bombardeio em Tóquio, o Almirante Isoroku Yamamoto (1884-1943), Comandante-Chefe da Marinha Imperial do Japão à época, sentia a necessidade de impedir que algo similar se repetisse. Assim, planejou um ataque surpresa à estratégica Ilha de Midway para que, dessa posição, pudesse controlar os movimentos da principal BN dos EUA no Pacífico, Pearl Harbor. Yamamoto pretendia destruir a esquadra dos EUA durante a operação, por isso decidiu empregar todas as Forças navais Imperiais, incluindo sua esquadra de porta-aviões pesados, a saber: *Akagi*; *Kaga*; *Hiryu*; e *Soryu*, que compuseram a maior esquadra combinada da história do Japão (SCHOM, 2005).

No entanto, mais uma vez o Serviço de Inteligência da USN havia interceptado as comunicações japonesas. Assim, medidas foram tomadas para reforçar as defesas da Ilha. Todos os porta-aviões disponíveis foram inseridos nas Forças de combate dos EUA, incluindo o *Yorktown*, recuperado das graves avarias sofridas na última batalha, compondo a FT do Alte Fletcher, e os porta-aviões *Enterprise* e *Hornet*, que compuseram a FT comandada pelo Almirante Raymond A. Spruance (1886-1969) (GUTIÉRREZ, 2016; SCHOM, 2005).

As Forças norte-americanas chegaram à Midway antes dos japoneses, garantindo o elemento surpresa. Nas primeiras horas do dia 4 de junho, os japoneses lançaram dezenas de aeronaves com destino a Midway, ao mesmo tempo em que os aviões norte-americanos baseados na Ilha decolavam em direção aos porta-aviões nipônicos (GUTIÉRREZ, 2016).

A maioria dos torpedeiros lançados pelos Aliados foram abatidos por caças japoneses, porém, os bombardeiros de mergulho tiveram mais sorte, ao localizar e identificar três porta-aviões nipônicos, *Soryu*, *Akagi* e *Kaga*. Neste momento, o último ataque de torpedeiros japoneses acabara de ocorrer e as aeronaves estavam sendo preparadas para um novo ataque. Assim, os porta-aviões estavam repletos de aviões sendo reabastecidos com

combustível e munição. Diversas bombas e torpedos estavam dispostos em seus conveses, o que gerou múltiplas explosões adicionais após o impacto das bombas norte-americanas. No dia 5 de junho, Yamamoto curvou-se à lógica dos acontecimentos e ordenou o retorno de suas Forças para a base, cancelando o ataque à Midway (MORISON, 1960, p. 139).

A batalha de Midway consistiu em um ponto de inflexão na Guerra do Pacífico, pois os japoneses levariam muito tempo para recuperar a perda dos porta-aviões e de muitos pilotos qualificados (GUTIÉRREZ, 2016). Outras campanhas continuaram a ocorrer em 1942 e 1943, com destaque para as Batalhas de Guadalcanal, de Nova Guiné, das Ilhas Salomão e de Saipan. O poder de combate do Japão estava se enfraquecendo, pois, conforme tais batalhas iam se sucedendo, os japoneses sofriam pesadas baixas que não podiam repor, enquanto os EUA mantinham seu esforço de guerra disponível para as próximas operações, o que possibilitou a retomada de diversas ilhas pelos Aliados, incluindo Nova Guiné e Saipan, nas Ilhas Marianas.

Em junho de 1944, após essas importantes conquistas, os Aliados direcionaram suas atenções para as Linhas de Comunicação Marítimas (LCM) japonesas que conectavam suas BN e indústrias às Índias Orientais, fornecedoras de recursos. Nesse sentido, as Filipinas se configuravam como um possível objetivo militar (ANDERSON, 2019, p. 7). Leyte, uma de suas ilhas, era vista como uma plataforma de impulso para uma campanha mais decisiva, a ser travada na Ilha de Luzon, abrigo do quartel-general japonês.

Na escolha do objetivo, Nimitz optava por descartar a retomada das Filipinas, naquele momento, e usar a costa chinesa, sob controle dos nacionalistas de Chiang Kai-Chek²¹, para a progressão com o apoio aéreo norte-americano. MacArthur considerava perigoso

²¹ Presidente da República da China no período da IIGM e apoiado pelos EUA durante a Guerra Sino-Japonesa.

deixar o Arquipélago ocupado pelos japoneses na retaguarda do avanço, além de considerar mais seguro seu uso como “trampolim” do que as duvidosas costas chinesas. O compromisso moral dos EUA em libertar seu Aliado e a promessa de MacArthur de retorno à Ilha também reforçavam seu julgamento (MARTINS, 2009, p. 463).

3.2 A BATALHA DO GOLFO DE LEYTE

Em 8 de setembro de 1944, o presidente Roosevelt aceita a argumentação de MacArthur e decide que ambos deveriam tomar a área do Estreito de Leyte e Surigao, a partir de 20 de dezembro. A poderosa terceira esquadra de Halsey foi designada para apoiar a operação, a fim de proteger a sétima esquadra de Kinkaid, cujo objetivo principal era o desembarque no Golfo do Leyte, sob o comando de MacArthur (MARTINS, 2009, p. 464).

Para alcançar os objetivos preliminares da invasão, a esquadra de Halsey efetuou ataques aéreos em Yap, Palaus, Mindanao e outras ilhas nas Filipinas centrais, além de aeródromos japoneses em Okinawa, Formosa²² e Luzon. Centenas de aeronaves e navios mercantes japoneses foram destruídos como resultado desses ataques, convencendo os planejadores Aliados de que, em função da pouca resistência e da Força Aérea japonesa enfraquecida, suas Forças poderiam se concentrar diretamente em Leyte e antecipar o desembarque para o dia 20 de outubro. Apesar disso, o Japão estava otimista, ludibriado com os exagerados e equivocados relatórios de seus pilotos navais, que alegavam terem derrubados mais de 1.200 aeronaves e afundados 11 porta-aviões estadunidenses (ANDERSON, 2019, p. 12).

²² Região atualmente conhecida como Taiwan.

Para garantir a vitória, o Japão decidiu enviar toda a sua esquadra para o Arquipélago, pois o Almirante Teijiro Toyoda (1885-1961), Comandante-Chefe da Esquadra Combinada Japonesa, considerava que não faria sentido preservar sua esquadra às custas da perda das Filipinas (EUA, 2006, p. 204). Então, os japoneses elaboraram os planos Sho²³: Sho 1, para a defesa das Filipinas; Sho 2, para a defesa de Formosa, Nansei Shoto e Kyuchu; Sho 3, para a defesa de Nansei Shoto; e Sho 4 para a defesa de Honkkaido (MARTINS, 2009, p. 467).

Os japoneses sabiam do objetivo norte-americano de invadir as Filipinas, assim, colocaram em prática os preparativos para o plano Sho 1. Devido às grandes distâncias envolvidas e sendo necessária a coordenação a partir de Tóquio, foram formados seis diferentes grupamentos, todos subordinados a Toyoda, dos quais se destaca a primeira Força divisionária, dividida entre o Almirante Takeo Kurita (1889-1977) e o Almirante Shoji Nishimura (1889-1944), a terceira esquadra ou corpo principal, sob o comando do Almirante Jisaburo Osawa (1886-1966) e a segunda Força divisionária de ataque, subordinada ao Almirante Kiyohide Shima (1878-1973). O objetivo era executar um movimento de “pinça” no Golfo de Leyte, por meio do avanço da Força de Kurita pelo Norte enquanto Nishimura avançaria pelo Sul, destruindo as Forças navais na região e as tropas de MacArthur, durante a operação anfíbia. Em paralelo, a Força de Shima deveria servir de isca para Halsey, atraindo-o para o alcance da aviação terrestre japonesa e tirando-o da rota de Ozawa (MARTINS, 2009, p. 469).

Segundo MARTINS (2009), as ações preparatórias para o desembarque Aliado foram executadas pela esquadra de Halsey e bombardeiros B-29 baseados na China, no período de 10 a 19 de outubro, que, penetrando no mar interior, destruiu centenas de

²³ Significa “conquista” na língua japonesa.

aeronaves japonesas. Diante desse ataque, Toyoda decidiu antecipar o plano Sho 2, na tentativa de avariar os Navios-Aeródromos (NAe) de Halsey. Mais uma vez, os relatos otimistas dos pilotos japoneses, porém fora da realidade, levaram-no a acreditar que a Força de Halsey havia perdido grande quantidade de aeronaves no último confronto, assim, supôs que transferindo os grupos aéreos de Ozawa para a ilha de Formosa, teria condições de completar sua vitória. No entanto, ao avistar a esquadra de Halsey “inteira” e constatar a dimensão das suas próprias perdas, Ozawa percebe a derrota que sofrera e decide juntar a pequena esquadra de Shima com a esquadra de Nishimura, além de redirecionar a Ozawa a missão de servir como isca suicida, com seus NAe vazios.

Em 20 de outubro, a Força Aliada com “a maior massa de embarcações de assalto anfíbio e navios de guerra já concentrada no Pacífico navegou corajosamente no Golfo de Leyte” (EUA, 2006, p. 198, tradução nossa)²⁴ (FIG. 2, ANEXO). O ataque principal na costa leste de Leyte começou às 10 h da manhã, com desembarques ao longo de uma frente de 18 milhas. Ao cumprir sua promessa de retorno àquela Ilha, o General MacArthur declarou:

Povo das Filipinas: voltei. Pela graça de Deus Todo-Poderoso, nossas forças estão novamente em solo filipino – solo consagrado no sangue de nossos dois povos. Viemos, dedicados e comprometidos com a tarefa de destruir todo vestígio de controle inimigo sobre suas vidas diárias e de restaurar, sobre uma base de força indestrutível, as liberdades de seu povo” (MacArthur, 1944 apud EUA, 2006, p. 198, tradução nossa)²⁵.

As Forças navais que protegiam essas tropas estavam divididas em dois corpos principais. A sétima esquadra de Kinkaid, destinada a proteger as entradas sul e oeste do Golfo de Leyte, enquanto a terceira esquadra de Halsey operava em Samar, para cobrir o estreito

²⁴ Original em inglês: “*the largest mass of naval assault craft and warships ever concentrated in the Pacific sailed boldly into Leyte Gulf*” (EUA, 2006, p. 198).

²⁵ Original em inglês: “*People of the Philippines: I have returned. By the grace of Almighty God our forces stand again on Philippine soil-soil consecrated in the blood of our two peoples. We have come, dedicated and committed to the task of destroying every vestige of enemy control over your daily lives, and of restoring, upon a foundation of indestructible strength, the liberties of your people*” (EUA, 2006, p. 198).

de San Bernardino. O comandante superior de Halsey era o Almirante Nimitz, sediado no Havaí, enquanto Kinkaid permaneceu sob o comando do General MacArthur (EUA, 2006, p. 211). Essa controversa divisão de comando viria a ser bastante questionada posteriormente, conforme será analisado no próximo capítulo. As principais batalhas navais ocorreram nos dias 24 e 25 de outubro, de forma simultânea, porém em áreas diferentes: Batalha do Mar de Sibuyan; Batalha do Estreito de Surigao; Batalha do Cabo Engaño; e Batalha da Ilha de Samar (FIG. 3, ANEXO).

3.2.1 Batalha do Mar de Sibuyan

O plano Sho 1 previa a aproximação das forças japonesas de Kurita, Nishimura, Shima e Ozawa no Golfo de Leyte, onde a esquadra de Kinkaid já estava posicionada e a esquadra de Halsey estava próxima. Os japoneses iniciaram o ataque na manhã do dia 24 de outubro, por meio de aviões baseados nas Filipinas, porém as patrulhas aéreas de combate estadunidenses afastaram algumas e destruíram as demais. Ainda na manhã do dia 24 de outubro, o Almirante Halsey iniciou sua reação, determinando a todos os navios a atacarem e lançarem seus aviões, convergindo em sucessivas surtidas aéreas que resultaram na destruição de dezenas de aeronaves japonesas e avarias em diversas unidades navais. A exemplo do ocorrido no lado japonês, o Almirante Halsey também recebeu informações distorcidas de seus pilotos, que “fizeram-no acreditar que a Força de Kurita havia sido destruída, levando-o a conclusões falsas e ações perigosas” (MARTINS, 2009, p. 473).

No início da tarde, diante do ataque em andamento, o Almirante Kurita pediu apoio de cobertura aérea ao Almirante Toyoda e comunicou que estava se retirando para a área do mar de Sibuyan, onde teria maior capacidade de manobra. No entanto, recebeu a seguinte resposta

do seu Chefe: “Prossiga o avanço esperando proteção divina!” (MARTINS, 2009, p. 473). Assim, Kurita retornou ao seu rumo inicial, porém, somente três horas após ter desviado da sua rota original. O plano Sho 1 exigia perfeita coordenação de tempo, visto que o objetivo era fazer um movimento de “pinça” no Golfo de Leyte, por meio da aproximação simultânea com a Força de Nishimura. O atraso na chegada da Força de Kurita à cena de ação comprometeu o sucesso do plano. Não houve mais confrontos nessa batalha.

3.2.2 Batalha do Estreito de Surigao

Na manhã do dia 24 de outubro, simultâneo aos acontecimentos no mar de Sibuyan, o outro lado da “pinça” se deslocava também para o Golfo de Leyte, composto pelas Forças de Nishimura e Shima. À noite, Nishimura recebeu a informação de que a previsão de sua chegada no Golfo de Leyte estava sete horas adiantadas em relação à Força do Almirante Kurita, decorrente do atraso deste no mar de Sibuyan, levando-o a ajustar o avanço da sua esquadra e retardando assim sua passagem pelo estreito de Surigao (MARTINS, 2009, p. 474).

A Força de Nishimura havia sido avistada por aeronaves da Força de Halsey, na mesma manhã. Assim, supondo que progrediriam pelo estreito a noite, o Almirante Kinkaid preparou um Grupo de Apoio de Fogo e Bombardeio, sob o comando do Almirante Jesse B. Oldendorf (1887-1974), para engajá-los enquanto estivessem no estreito. Segundo Martins (2009), o Grupo do Almirante Oldendorf, levando em consideração a posição prevista dos japoneses no estreito, em coluna e sem espaço de manobra, iniciou o ataque com torpedos e obteve êxito na destruição da Força de Nishimura, pouco mais de uma hora depois. A esquadra do Almirante Shima, a aproximadamente 40 milhas náuticas a ré de Nishimura, conseguiu se retirar do estreito antes de ser atacada, porém foi destruída posteriormente nas Filipinas (FIG.4, ANEXO).

3.2.3 Batalha de Cabo Engaño

Também na manhã do dia 24 de outubro, nas proximidades do Cabo Engaño, o Alte Ozawa recebera relatos da existência de NAe e navios pesados a leste da Ilha de Luzon. Assim, logo no início da tarde lançou 84 aeronaves para uma ofensiva na área, mais da metade das que dispunham, das quais apenas seis regressaram. Seu objetivo principal era atrair a esquadra de Halsey para longe do estreito de São Bernardino, então decidiu enviar um grupo de navios para as proximidades dessa área, na tentativa de obter contatos e atrair a atenção das Forças Aliadas. A manobra atingiu seus objetivos e, tanto esse grupo de navios quanto a própria Força de Ozawa foram reconhecidos pela esquadra do Alte Halsey. Iludido pelas informações equivocadas provenientes dos seus pilotos, Halsey acreditava que a Força de Kurita havia sido destruída no mar de Sibuyan, deixando de ser uma ameaça para o desembarque em Leyte. A armadilha de Ozawa obteve êxito, pois essa combinação de fatores fez com que Halsey decidisse manobrar com toda sua esquadra (FT 38) em direção ao seu encontro, desguarnecendo o estreito de São Bernardino e deixando o desembarque em Leyte desprotegido (MARTINS, 2009, p.476).

O Alte Kinkaid, comandante da sétima esquadra, o qual realizava a operação de desembarque no Golfo de Leyte e era o principal interessado na proteção a ser provida por Halsey, não foi informado dessa decisão. No entanto, conseguiu interceptar as mensagens de Halsey para seus comandantes. Enquanto Halsey transmitia seu plano de batalha pelo rádio, uma determinação mal interpretada gerou confusão, levando Kinkaid a acreditar que uma FT havia sido criada [FT 34] com o objetivo de permanecer em São Bernardino protegendo a operação anfíbia, enquanto o restante da terceira esquadra seguiria para o confronto com a Força de Ozawa. Martins (2009) afirma ainda que o Alte Nimitz, posicionado em Pearl Harbor,

também compreendeu a mensagem com o mesmo erro. Na realidade, Halsey quis dizer que, caso as forças japonesas passassem pelo estreito de São Bernardino, essa suposta FT 34 seria formada, com o objetivo de engajá-las a longa distância.

Halsey e Ozawa avançavam um contra o outro. Durante o deslocamento, o Alte Halsey formou e assumiu o comando da FT 34, porém com um objetivo bem diferente do entendido por Nimitz e Kinkaid em sua transmissão anterior, pois ela destinar-se-ia à destruição final dos navios danificados pelos ataques aéreos, após o duelo principal que seria travado pela FT 38, agora sob o comando tático do Almirante Marc Mitscher (1887-1947).

Na manhã do dia 25 de outubro, os aviões norte-americanos iniciaram os primeiros ataques sobre a Força do Alte Ozawa. Só então, este percebeu que a armadilha funcionara, pois, apesar de não possuir poder combatente capaz de se opor ao ataque que iria sofrer, havia conseguido afastar a poderosa terceira esquadra de São Bernardino. Até o período da tarde, a Força japonesa já havia sido reduzida a poucos navios isolados (era sobre esses navios que Halsey intencionava agir, quando efetivamente formou a FT 34).

Enquanto isso, Kinkaid, subordinado ao General MacArthur, sob ataque no Golfo de Leyte, transmitia sucessivas mensagens à Halsey, subordinado ao Alte Nimitz, questionando sobre a suposta FT 34, que ele acreditava ter permanecido em São Bernardino. O Alte Nimitz, “impressionado pela insistência e tom urgente das perguntas de Kinkaid” (MARTINS, 2009, p.479), fez o mesmo questionamento à Halsey. No entanto, um erro na criptografia da mensagem levou este a concluir que seu Comandante em Chefe estava criticando-o por ter abandonado o estreito que deveria proteger. Como resultado de mais este engodo, Halsey e a FT 34, agora existente, iniciaram seu deslocamento para o Golfo de Leyte, porém não chegariam a tempo de encontrar a esquadra e Kurita naquela região.

3.2.4 Batalha da Ilha de Samar

A esquadra do Almirante Kurita não havia sido destruída no Mar de Sibuyan, como presumia Halsey. Apesar de seu atraso, que prejudicou a execução do plano Sho 1, a Força de Kurita alcançou o estreito de São Bernardino na virada do dia 24 para o dia 25 de outubro e, ao amanhecer, costeava a Ilha de Samar, indo de encontro à sétima esquadra de Kinkaid, que realizava a operação anfíbia no Golfo de Leyte (MARTINS, 2009, p.481) (FIG. 5, ANEXO).

Para se contrapor à ameaça nipônica, o Almirante Kinkaid concitava, enfaticamente, o apoio da inexistente Força Tarefa 34 de Halsey. Empregando os mais modernos couraçados do mundo, os japoneses davam início a um massacre contra os navios Aliados. Ainda na manhã do dia 25, segundo Martins (2009), mesmo diante da vantagem obtida até então, o Almirante Kurita decide se retirar para reorganizar sua força, perdendo uma grande oportunidade de mudar o quadro da guerra naquele momento. Inexplicavelmente, sua força não retornou mais à ofensiva. Logo no início da tarde, Kurita iniciou seu deslocamento para o norte e informou ao Almirante Toyoda que não continuaria suas ações no Golfo de Leyte, dando fim à batalha do Golfo de Leyte.

Assim, a incessante busca japonesa por pontos estratégicos e recursos energéticos no Pacífico, colocou o Estado contra os Impérios que mantinham colônias no extremo oriente asiático e sudoeste do Pacífico, em especial os EUA, que refletiam a maior ameaça à supremacia nipônica naquela região. O ataque à Base Naval de Pearl Harbor marcou, além do início da Guerra do Pacífico, a entrada de ambos Estados na IIGM e deu origem às primeiras batalhas aeronavais da história, transformando a maneira como as próximas guerras seriam travadas.

4 ENSINAMENTOS ACERCA DA DIVISÃO DO COMANDO NO PACÍFICO

A criação do Conselho Conjunto do Exército e da Marinha dos EUA, em 1903, foi um passo significativo para o desenvolvimento de conceitos que hoje estão efetivamente estabelecidos nas Operações Conjuntas estadunidense. Porém, não apresentou resultados práticos na primeira metade do século XX. Apesar de já ser reconhecida no meio militar a importância do comando unificado, em alguns momentos relevantes, as disputas organizacionais entre Forças prevaleceram em detrimento de tal conceito.

Neste capítulo, será feita uma análise de como o estabelecimento de duas cadeias distintas de comando afetou a atuação das FA estadunidenses na Guerra do Pacífico, desde os momentos que antecederam o ataque japonês à BN de Pearl Harbor, até o término da Batalha do Golfo de Leyte, bem como o impacto dessa divisão nos demais conceitos presentes na doutrina conjunta hoje em vigor. De forma mais abrangente, pretende-se ainda identificar o fator motivador para tais relações de comando.

Em 1941, as vésperas do ataque japonês à Pearl Harbor, não havia ainda um TO estabelecido pelos EUA no oceano Pacífico, fato este compreensível, visto que, até então, ainda não haviam aderido à Guerra. Apesar disso, a presença estadunidense no Pacífico era significativa, distribuída em áreas pontuais e estratégicas, como as Filipinas, as Ilhas Midway, o Havaí, entre outras. Não havia um comando único para concentrar as atividades desenvolvidas. Cada região tinha um comando próprio estabelecido, seja da Marinha, do Exército, ou ambos, que se reportavam somente à cadeia de comando da própria Força.

Nesse período, o Almirante Husband E. Kimmel (1882-1968) era o Comandante

em Chefe da Esquadra dos EUA (CINCUS²⁶) e da Esquadra do Pacífico (CINCPACFLT²⁷), operando a partir de Pearl Harbor, ao lado do General Walter C. Short (1880-1949), Comandante do Exército dos EUA no Pacífico (USARPAC²⁸). Ambos se reportavam diretamente aos respectivos Chefes de Estado-Maior, Almirante Harold R. Stark (1880-1972), Chefe de Operações Navais²⁹ dos EUA e General George C. Marshall Jr (1880-1959), Chefe de Estado-Maior do Exército dos EUA, respectivamente. Estes, por sua vez, eram subordinados aos respectivos Secretários de Estado, William F. Knox (1874-1944), Secretário da Marinha dos EUA e Henry L. Stimson (1867-1950), Secretário de Guerra dos EUA. Em última análise, ambos se reportavam ao presidente Roosevelt (LOCKER III, 2002, p. 198).

Ao mesmo tempo, o General MacArthur comandava as FA no Extremo Oriente, cuja designação ocorrera em decorrência da ocupação da Indochina pelos japoneses, em julho de 1941, reportando-se diretamente ao General Marshall, a partir de Manila, capital Filipina. Também sediado em Manila, o Almirante Thomas C. Hart (1877-1971) comandava a esquadra Asiática dos EUA, subordinado ao Almirante Stark, Chefe de Operações Navais dos EUA.

Tanto em Washington D.C. quanto no Havaí, os líderes militares deram baixa prioridade às informações de Inteligência, mas foi a falta de unidade de comando o principal problema identificado. “Essas cadeias duplas de comando significavam que ninguém abaixo do presidente exercia autoridade sobre os comandantes sediados no Havaí” (LOCKER III, 2002, p. 198, tradução nossa)³⁰. A falta de um único comandante operacional norte-americano no Havaí contribuiu para o sucesso inicial japonês no ataque a Pearl Harbor, “Havia pouca

²⁶ Sigla do inglês *Commander in Chief, United States Fleet*.

²⁷ Sigla do inglês *Commander in Chief, United States Pacific Fleet*.

²⁸ Sigla do inglês *United States Army Pacific*.

²⁹ Denominação atribuída ao Chefe do Estado-Maior da USN.

³⁰ Original em inglês: “*These dual chains meant that no one below the president exercised authority over both commanders in Hawaii*” (LOCKER III, 2002, p. 198).

coordenação e nenhuma integração das Forças do Exército e da Marinha em seus esforços na defesa do Havaí” (VEGO, 2009b, p. 73, tradução nossa)³¹.

De acordo com Schom (2005), Kimmel, no Havaí, não tinha acesso às informações de inteligência interceptadas pela máquina *Purple*³², ou seja, ele não era informado de todos os desenvolvimentos importantes na área sob sua responsabilidade com a maior rapidez e segurança possível, prejudicando significativamente a função conjunta de “comando e controle”, exposta no item 2.2.2. As mensagens interceptadas nesse período forneciam indícios de que os japoneses planejavam um ataque surpresa em algum ponto do Pacífico. O excesso de zelo havia bloqueado o fluxo de informações.

A única máquina *Purple* disponível para o Pacífico, devido a insistência de Marshall, foi fornecida a MacArthur. Se Marshall e Stark tivessem fornecido essa decifradora a Kimmel e Short, sediados no Havaí, as coisas poderiam ter sido diferentes. Afinal, era o Havaí, não Manila, a principal base terrestre, aérea e naval de todo o Pacífico. Embora solicitado por Kimmel, insistentemente, o Chefe de Operações Navais, Almirante Stark, continuou a negar-lhe acesso às tais mensagens. No dia 6 de dezembro, as vésperas do ataque japonês, uma mensagem interceptada pelo Serviço de Inteligência continha ordens japonesas para interromper todas as negociações com os norte-americanos às 13 h do dia seguinte, 7 de dezembro. Tratava-se do ultimato japonês (SCHOM, 2005).

Segundo Schom (2005), O Almirante Stark hesitou e não conseguiu tomar nenhuma decisão lógica, enquanto o General Marshall, pouco antes de 12 h em Washington, redigiu uma breve mensagem de alerta a todos os comandos do Pacífico. O Alte Stark, Chefe

³¹ Original em inglês: “*There was little coordination and no integration of Army and Navy forces and their efforts in defense of Hawaii*” (VEGO, 2009b, p. 73).

³² Máquina desenvolvida pelos EUA, capaz de decifrar o código diplomático japonês conhecido como *purple*.

de Operações Navais, sugeriu que ele usasse o sistema de comunicação da Marinha, dotado de telefones criptografados que eram consideravelmente mais rápidos e seguros que os do Exército, mas Marshall recusou (temia que o inimigo estivesse monitorando os cabos submarinos, uma preocupação irrelevante neste momento crítico), e solicitou que a mensagem fosse transmitida pelo Centro de Mensagens do Pacífico, cuja criptografia levaria mais de 30 min para ser concluída. Em menos da metade desse tempo, o alerta poderia ter sido feito por telefone para o Havaí e para as Filipinas. Além disso, devido a problemas atmosféricos entre a Califórnia e o Havaí, todas as comunicações de rádio do Exército entre esses dois pontos foram cortadas às 10 h 20 m, horário em Washington. Ainda assim, Marshall se recusava a ligar para o Havaí e para as Filipinas para dar a notícia. O alerta de Marshall para o general Short finalmente chegou ao Havaí, às 7 h 33 m horário local, mas era tarde, pois o ataque acabara de ter início.

Após a ofensiva nipônica à Pearl Harbor, Roosevelt reorganizou o alto escalão militar da Marinha e do Exército envolvidos com a região do Pacífico. Como resultado das modificações ocorridas entre dezembro de 1941 e março de 1942, o Almirante Ernest Joseph King (1878-1956) assumiu as funções de Comandante em Chefe da Esquadra dos EUA (transferida pelo Alte Kimmel) e de Chefe de Operações Navais dos EUA (transferida pelo Alte Stark). A outra função que Kimmel exercia, Comandante em Chefe da Esquadra do Pacífico, foi transferida para o Almirante Nimitz, logo após o ataque. Nimitz assumiu também a função de Comandante em Chefe Conjunto da Área Oceânica do Pacífico (CINCPAC³³), a partir de abril de 1942. No cargo de Secretário da Marinha, permaneceu o William F. Knox.

No alto escalão do Exército, o General Short, Comandante do Exército dos EUA

³³ Sigla do inglês *Commander in Chief, Pacific Ocean Areas*.

no Pacífico, foi substituído pelo General Delos C. Emmons (1889-1965), enquanto Marshall e Stimson permaneceram em seus cargos de Chefe do Estado-Maior do Exército e Secretário de Guerra dos EUA, respectivamente.

Após a retirada de MacArthur das Filipinas, em março de 1942, decorrente do avanço japonês, uma nova base de operações foi formada na Austrália. Neste novo arranjo, foi criado um Comando Unificado no Sudoeste do Pacífico, por meio do qual MacArthur assumiu o comando de todas as forças aliadas na Austrália e Nova Zelândia, até o norte do Equador (EUA, 2006, p. 29).

Assim, observa-se que, basicamente, foi mantida a mesma divisão do TO pré-guerra do Pacífico. Toda a estrutura militar conjunta, relações de comando e conceitos doutrinários atualmente conhecidos e empregados, não existiam ainda, exceto pelo Conselho Conjunto que, apesar de englobar tanto o Exército quanto a Marinha, pouco fazia no sentido de integrar as forças, limitando-se apenas ao planejamento de algumas operações conjuntas. Não havia aderência entre o emprego das Forças Militares no período que antecede o ataque a Pearl Harbor e os conceitos da doutrina conjunta atual.

Levando-se em consideração tais conceitos, conforme apresentado no capítulo 2, pode-se dizer que a reorganização militar, bem como a relação de comandos estabelecida para a Guerra do Pacífico, resultou em dois Comandos Componentes, um com preponderância terrestre, sob o comando de MacArthur, e outro com preponderância marítima, sob o comando de Nimitz. Se a concepção militar tivesse sido avaliada por essa perspectiva, de acordo com a definição e tipos de forças conjuntas apresentadas nas JP 3-0 e 3-32, naturalmente teria sido estabelecido um Comando Superior imediatamente acima deles, concentrando as funções de um Comandante do Teatro de Operações (ComTO), com autoridade suficiente para dirigir e controlar os dois subordinados, na qualidade de JFC.

Entretanto, quando o Pacífico foi dividido em dois TO, criou-se a ilusão (possivelmente de forma intencional) de que os dois Comandantes Componentes correspondiam, na realidade, a dois ComTO distintos, mitigando assim a necessidade de um comando único acima deles. Segundo Vego (2009a), por razões políticas paroquiais, dois teatros de guerra de fato foram estabelecidos.

O Chefe de Operações Navais dos EUA, Almirante King, argumentou firmemente que não tinha confiança suficiente em MacArthur, ou qualquer outro oficial do Exército, para conduzir as ações no Pacífico que envolvessem operações navais e anfíbias (JAMES, 1982³⁴ apud BARLOW, 1994, p. 77). De acordo com sua biografia, King era favorável à proposta de unidade de comando no Pacífico, porém só aceitaria se fosse uma situação particular, em uma determinada área e para um período específico (BUELL, 1980):

Achei necessário encontrar tempo [Conferência ARCADIA] para apontar a alguns “estrategistas amadores” em altos cargos [Churchill e Roosevelt] que a unidade de comando não é uma panaceia para todas as dificuldades militares – e continuarei a fazê-lo (KING apud BUELL, 1980, p. 166, tradução nossa)³⁵.

Por outro lado, MacArthur ostentava uma “antiguidade³⁶” superior a qualquer Almirante disponível, visto que havia retornado ao serviço ativo após se aposentar do cargo de Chefe do Estado-Maior do Exército, em 1935. Dessa forma, segundo Barlow (1994), no intuito de evitar uma discórdia desnecessária para um impasse sem solução satisfatória, o JCS optou por dividir o comando no Pacífico.

Nesse primeiro momento, já se verifica que a forma como o TO foi dividido resultou na falta de aderência à doutrina conjunta, em um aspecto de ordem conceitual, que

³⁴ JAMES, D. Clayton. *Command crisis: MacArthur and the Korean War*. Colorado Spring: United States Air Force Academy, 1982.

³⁵ Original em inglês: “I have found it necessary to find time to point out to some ‘amateur strategists’ in high places that unity of command is not a panacea for all military difficulties — and I shall continue to do so” (BELL, 1980, 166).

³⁶ Precedência entre militares da ativa do mesmo grau hierárquico.

se refere a falta do estabelecimento de uma Força-Tarefa Conjunta que abrangesse todo o TO, visto tratar-se do emprego de dois ou mais departamentos militares, em uma operação de grande escala, em uma extensa área geográfica, que requeria controle positivo da execução tática e responsabilidade única pela coordenação efetiva das operações, assim como definido pela doutrina conjunta. Essa divisão do TO, mesmo após o início da Guerra do Pacífico, manteve a função conjunta de comando e controle degradada, bem como deixou de empregar o princípio referente à unidade de comando, conforme foi observado nas batalhas que se seguiram. Assim, torna-se necessário analisar cada batalha separadamente.

O bombardeio estadunidense sobre Tóquio (*Doolittle Raid*), em abril de 1942, empregando bombardeiros B-25 lançados do porta-aviões *Hornet*, embora não tenha se constituído em uma batalha, foi um ataque em que a Marinha e a Força Aérea do Exército³⁷ dos EUA atuaram de forma conjunta e obtiveram êxito. Por ter sido uma ação pontual, restrita a apenas um dos TO estabelecidos e Forças subordinadas ao mesmo comandante, Almirante Halsey, não foi afetada pela divisão de comandos no Pacífico. Nesse caso, de acordo com os princípios de guerra apresentado no capítulo 2, observou-se aderência à doutrina conjunta no que se refere aos princípios da “ofensiva”, da “manobra”, da “unidade de comando” e, principalmente, da “surpresa”. Apesar dos danos materiais causados terem sido simbólicos, esse ataque representou um importante êxito estratégico estadunidense, ao demonstrar sua capacidade de transpor a aviação sediada em terra até Tóquio.

No mês seguinte ocorreu a batalha do mar de Coral. Uma batalha aeronaval travada pelas Forças subordinadas ao Almirante Nimitz, porém sobre o TO de MacArthur. Apesar dessa adversidade, o resultado dos confrontos dessa batalha permitiu aos Aliados

³⁷ Deu origem à Força Aérea dos EUA, uma Força Armada independente, em 1947.

alcançar o objetivo estratégico de impedir que os japoneses concretizassem o Plano MO. Embora não tenha havido uma coordenação conjunta que envolvesse os dois ComTO (Nimitz e MacArthur), a função conjunta de comando e controle teve sua execução facilitada pelo fato de as Forças participantes já serem subordinadas a um mesmo ComTO, assim, a falta de aderência ao princípio da unidade de comando, no que diz respeito ao TO Pacífico, não prejudicou a execução da operação. Ressalta-se a importância da função conjunta de Inteligência para o êxito dos EUA nessa batalha, exercida pelo Serviço de Inteligência Naval em Pearl Harbor, que foi essencial para o posicionamento das Forças estadunidenses em tempo para se contraporem à ameaça japonesa, atendendo ao princípio da segurança.

Poucas semanas depois, no início de junho de 1942, a Batalha de Midway estava prestes a dar início. Mais uma vez, o serviço de Inteligência da USN obteve sucesso na interceptação de comunicações japonesas.

As forças norte-americanas enviadas à região eram compostas pelas FT do Almirante Fletcher e do Almirante Spruance, compostas por três porta-aviões e outras unidades da USN e pela aviação baseada em Midway, pertencente à Força Aérea do Exército. A luz da JP 1 essa ofensiva também se enquadra aos conceitos de uma operação conjunta. Nesse caso, a batalha estava restrita a um único TO e todas as Forças Aliadas envolvidas estavam subordinadas ao Comandante deste TO. Assim, a divisão de comandos no Pacífico não prejudicou o seu desenvolvimento. Essa foi a batalha em que o emprego das Forças alcançou maior aderência aos conceitos da doutrina conjunta.

A função conjunta de inteligência foi eficazmente exercida pela USN, fato este fundamental para o sucesso da operação. Além disso, a configuração na qual foi estabelecida as relações de comando entre os Almirantes Fletcher e Spruance, e entre esses e o ComTO, Almirante Nimitz, possibilitaram que a função conjunta de C2 fosse também exercida de forma

satisfatória. Segundo relatos de Nimitz, em 28 de junho de 1942, se os EUA não tivessem as informações sobre as intenções japonesas e fossem surpreendidos com suas Forças dispersas, a Batalha de Midway teria terminado de maneira muito diferente (SCHOM, 2005).

Pela perspectiva dos princípios das operações conjuntas mencionados no capítulo 2, foram verificadas aderências aos seguintes princípios: “ofensiva”, ao direcionar a operação militar para um objetivo claramente definido e em apoio aos objetivos estratégicos norte-americanos; “massa”, ao concentrar poder de combate no lugar e no tempo mais vantajoso para alcançar um efeito decisivo; “manobra”, que permitiu colocar o inimigo em posição de desvantagem; “unidade de comando”, visto que, nessa ocasião, não houve prejuízo das operações em decorrência da divisão do comando no Pacífico; e “surpresa”, fundamental para o sucesso da operação, propiciou a realização do ataque em um momento e local os quais os japoneses não esperavam.

No entanto, foi em 1944 que os efeitos do comando duplo no Pacífico se tornaram efetivamente prejudiciais, por ocasião da Batalha que viria ser travada no Golfo de Leyte. Até mesmo durante a escolha do objetivo a ser alcançada, as opiniões dos Almirantes King/Nimitz e MacArthur divergiram, levando a um impasse cuja decisão ficou a cargo do presidente Roosevelt. As raízes dessa divergência são muito mais complexas do que uma simples discordância sobre a forma como a operação deveria ser planejada e conduzida. Remontam a uma improdutiva rivalidade entre os ramos componentes das Forças Armadas. Além disso, MacArthur havia se comprometido com a população Filipina a retornar àquela região para libertá-los do domínio japonês.

A batalha do Golfo de Leyte, em todos os aspectos, indicava que seu enquadramento deveria ser feito na forma de Operação Conjunta, sob comando único. Ela previa o emprego direto das Forças Navais e Aeronavais da Marinha e das Forças Aéreas e

Terrestres do Exército dos EUA, que naquele momento se encontravam divididas e subordinadas a dois ComTO diferentes. Embora a área de operações estabelecida estivesse inserida no TO de MacArthur, a preponderância das ações era da USN. Os conceitos básicos atualmente difundidos sobre doutrina conjunta ainda não estavam desenvolvidos e estabelecidos, mesmo assim, já era consenso que uma operação na qual as Forças subordinadas a dois Comandantes, atuando na mesma área de operações, em prol dos mesmos objetivos estratégicos, demandavam, obrigatoriamente, uma liderança conjunta, abaixo do Presidente, coordenando suas ações. Assim, à luz da doutrina, a batalha do Golfo de Leyte deixou de atender o princípio da unidade de comando, em um contexto em que essa demanda era incontestável. As consequências de tal decisão, serão analisadas de forma separada para cada uma das quatro batalhas que a compõem.

Na Batalha do Mar de Sibuyan, operavam simultaneamente a sétima esquadra de Kinkaid, sob comando da MacArthur, destinada a realizar o desembarque nas Filipinas, e a terceira esquadra de Halsey, sob o comando de Nimitz, responsável pela proteção da esquadra de Kinkaid. Apesar de as duas esquadras apoiarem a mesma operação de desembarque, não atendiam a um escalão superior comum, abaixo do JCS em Washington, refletindo a falta de aderência ao princípio da unidade de comando. Aqui, de acordo com os conceitos expostos no item 2.2.1, um oficial da USN deveria ter sido designado comandante do componente marítimo naquela área, visto que a preponderância das ações era naval, e este exerceria a função conjunta de C2 e o controle operacional sobre as Forças subordinadas.

Na Batalha do Estreito de Surigao, os efeitos da falta de um comando único não afetaram as ações dos aliados. A detecção da força de Nishimura pelos esclarecedores de Halsey foi devidamente repassada ao Alte Kinkaid, que designou um Grupo de Apoio de Fogo e Bombardeio, sob o comando do Alte Oldendorf, para fazer uma emboscada às forças

japonesas no estreito. Apesar de subordinados a dois ComTO diferentes, a comunicação fluiu de forma satisfatória entre as esquadras de Halsey e Kinkaid, bem como os seguintes princípios: “ofensiva”, que permitiu ao Grupo de Oldendorf reter e explorar a iniciativa para alcançar um resultado decisivo; “manobra”, ao obter uma posição de vantagem em relação ao inimigo para o lançamento de fogos; e “surpresa”, ao atacar em um momento e lugar em que os japoneses não estavam preparados para se contrapor, enquanto atravessavam o estreito. Essa combinação de fatores propiciou um importante êxito para as forças estadunidenses, retirando de combate a Força do Alte Nishimura e dispersando a Força de Shima, que vinha logo atrás.

Na Batalha de Cabo Engaño, ao contrário, o êxito foi obtido pelos japoneses. Acreditando que a força do Alte Kurita havia sido destruída no mar de Sibuyan, Halsey comprometeu gravemente o princípio da segurança ao desguarnecer o estreito de São Bernardino, atraído pela armadilha de Ozawa. A operação anfíbia em Leyte, principal objetivo da operação, ficou desprotegido e vulnerável ao ataque japonês que viria a sofrer em seguida, pela força de Kurita. Tal fato evidenciou ainda a falta de aderência ao princípio da objetividade, possivelmente em decorrência da falta de um comando único que compartilhasse um objetivo claramente definido. Além disso, ao transmitir seu plano de batalha aos componentes de sua própria Força, uma determinação mal interpretada gerou confusão, levando os Alte Nimitz e Kinkaid, que mantinham escuta pelo rádio, acreditar que a FT 34 havia sido criada com o objetivo de permanecer em São Bernardino.

Nesse caso, as funções conjuntas de proteção e comando e controle mal executadas levaram a erros de interpretação justamente pela Força que realizava a operação de desembarque, que continuou desenvolvendo suas ações, acreditando que sua força estava protegida pela suposta FT 34. Essa sequência de enganos poderia ter resultado na destruição

das Forças envolvidas no desembarque no Golfo de Leyte, sob o comando de MacArthur.

A principal razão para a decisão de Halsey foi seu aparente equívoco de que sua missão era ofensiva. Segundo Vego (2009b), Halsey foi orientado pelo seu superior, Almirante Nimitz, a cobrir e apoiar as Forças de MacArthur. Nesse intento, o General MacArthur atribuiu-lhe a missão de fornecer cobertura e apoio à sétima esquadra (Kinkaid), conduzindo a operação de desembarque no Golfo de Leyte. Contudo, Nimitz também determinou à Halsey que, caso tivesse oportunidade de destruir grande parte da esquadra inimiga, tal destruição se tornaria sua tarefa principal. Essa missão, de fato, foi o elemento-chave na decisão de Halsey de abandonar temporariamente sua posição no estreito de San Bernardino.

Por fim, na Batalha da Ilha de Samar, as consequências da retirada da terceira esquadra do estreito vieram à tona. A Força de Kurita, que não havia sido destruída no mar de Sibuyan, como ele presumia, empregou os mais modernos couraçados do mundo para destruir a desprotegida esquadra de Kinkaid, enquanto essa realizava a operação de desembarque no Golfo de Leyte. Para fazer frente à ameaça nipônica, o Alte Kinkaid, cuja força estava sendo massacrada, concitava enfaticamente o apoio da inexistente FT 34 do Alte Halsey. A ausência de um comando único coordenando as ações de Halsey e de Kinkaid, somada à degradação da função conjunta de C2 e erros de comunicação, favoreceu significativamente essa sequência de eventos que poderia ter culminado com o êxito japonês. Se não fosse a retirada de Kurita para reorganizar sua força, seguida da sua desistência em prosseguir com as ações no Golfo de Leyte, essa batalha provavelmente teria tido outro desfecho.

Em uma batalha entre esquadras, normalmente, o centro de gravidade (CG) do inimigo é a parte da esquadra oponente com o maior potencial de combate. Assim, nas batalhas do mar de Coral e de Midway, os grupos de porta aviões rápidos eram o CG operacional adequado para ambos os lados. Entretanto, na operação de Leyte, o CG estava

centrado na parcela da primeira Força divisionária sob comando de Kurita, composta por Encouraçados e Cruzadores, e não pela terceira esquadra de Ozawa (Corpo Principal), dotada de porta-aviões. Nesse momento, esses porta-aviões já não representavam uma ameaça tão grande para os EUA quanto a força de superfície pesada de Kurita, porém o “juízo de Halsey foi obscurecido por sua obsessão em travar uma batalha naval decisiva contra porta-aviões inimigos, juntamente com ordens propositadamente vagas de seu superior, Almirante Nimitz” (VEGO, 2009b, p. 130, tradução nossa)³⁸.

As duas esquadras apoiavam a mesma operação de desembarque, porém atendiam a escalões superiores diferentes. Vego (2009b) ressalta que quanto maior o nível de comando, mais prejudicial para o desempenho do combate é a falta de unidade de comando. Em decorrência das lições aprendidas nessa batalha, entre outras, a necessidade de se buscar uma doutrina de operações conjuntas se mostrou indispensável, culminando com a criação das JP apresentadas no item 2.2.

MacArthur acreditava que a Marinha tramava para impedi-lo de assumir o comando geral da Guerra do Pacífico, e que isso fazia parte de um plano maior para a completa absorção da Defesa Estadunidense pela USN, relegando ao Exército apenas as atividades de apoio (COSTELLO, 2009³⁹ apud BARLOW, 1994, p. 80). Tanto Nimitz quanto MacArthur sabiam da importância do comando único para coordenar as ações no Pacífico, mas a rivalidade pela sua execução, bem como a falta de confiança de King em confiar o comando de suas Forças a um Oficial do Exército, permaneceu durante toda a Guerra do Pacífico, impedindo a implementação da liderança conjunta.

³⁸ Original em inglês: “Halsey’s judgment was clouded by his obsession with fighting a decisive naval battle against enemy aircraft carriers, coupled with purposely vague orders from his superior, Admiral Nimitz” (VEGO, 2009b, p. 130).

³⁹ COSTELLO, J. *The Pacific War: 1941-1945*. [S.l.]: Harper Perennial, 2009.

5 CONCLUSÃO

No desenvolvimento deste trabalho, buscou-se analisar as principais batalhas navais desencadeadas durante a Guerra do Pacífico, em especial a batalha do Golfo de Leyte, sob a ótica da doutrina conjunta para emprego das FA dos EUA, visando identificar os principais pontos em que houve aderência, ou não, aos conceitos doutrinários desenvolvidos e aprimorados posteriormente, principalmente no que se refere ao princípio da unidade de comando.

Inicialmente, foi realizada uma síntese dos conceitos teóricos desenvolvidos pelos EUA para emprego de suas Forças em operações conjuntas, traduzidos por meio das JP, cujo cumprimento de forma adequada permite uma melhor combinação das forças singulares em prol dos objetivos operacionais e estratégicos, possibilitando o emprego de toda a capacidade das FA, em todos os tipos de operações militares e em todos os níveis de guerra.

Além da pesquisa acerca da doutrina, foi investigado também o processo pelo qual se deu o desenvolvimento dos conceitos que a compõem, até atingirem os níveis atuais, por onde se verificou a delicada e improdutiva rivalidade presente entre os Forças. Ao mesmo tempo em que a competição entre as FA pode ser saudável, as disputas organizacionais se mostraram prejudiciais para a execução de determinadas as ações militares.

À medida que a pesquisa acerca do tema foi aprofundada, a questão do relacionamento entre as FA aumentou de importância, sobretudo quando constatado que essa fragilidade foi preponderante na decisão de dividir o comando do TO durante a Guerra do Pacífico, e, em especial, a manutenção dessa deliberação durante Batalha do Golfo de Leyte, em detrimento da unidade de comando, um princípio cuja importância já era incontestável.

A Batalha do Golfo de Leyte, analisada sob uma perspectiva crítica, consistiu em um importante aprendizado sobre a unicidade de comando em operações dessa natureza, que continua totalmente válido até os dias atuais. O General MacArthur e o Almirante Nimitz atuaram de forma independente durante toda a guerra, mas, naquela ocasião, ficou evidente o quão grave poderiam ter sido as consequências desse arranjo. Eram duas esquadras, atendendo aos mesmos objetivos operacionais, desenvolvendo suas ações na mesma área e com a provável necessidade de interação entre ambas, visto que a missão de uma era proteger a outra. Mesmo assim, a cadeia dupla de comando foi mantida.

As ações de Halsey mostraram o perigo de buscar uma vitória quando o esforço não contribui para o objetivo final da operação. Se não fosse o inesperado recuo do Almirante Kurita, o abandono do estreito de São Bernardino pela terceira esquadra poderia ter resultado na destruição das tropas Aliadas que realizavam a operação de desembarque no Golfo de Leyte, objetivo principal dos EUA.

Assim, visando responder à questão central proposta por este trabalho, concluiu-se que o desenvolvimento da batalha do Golfo de Leyte, no que se refere à atuação das Forças estadunidenses, foi diretamente afetado, de forma negativa, pelo não estabelecimento de um comando único dirigindo e controlando as Forças envolvidas no TO, enfatizando os riscos inerentes ao comando dividido. Porém, a decisão japonesa de abandonar o Estreito de São Bernardino, em um momento em que as Forças nipônicas poderiam ter dado uma reviravolta nos resultados da batalha e impedido o atingimento do objetivo estadunidense de retomar as Filipinas, amenizou tais consequências negativas, embora tenha convergido em maiores danos pessoais e materiais.

Complementarmente, verificou-se que um dos motivos preponderantes para a decisão de não estabelecer um comando militar único no Pacífico, remonta às improdutivas

rivalidades organizacionais, que prevaleceram em detrimento da liderança conjunta. Embora politicamente conveniente, tal arranjo dividiu os esforços e poderia ter comprometido a operação nas Filipinas.

Atualmente, os EUA mantêm ativos os Comandos Combatentes Unificados, em caráter contínuo. Se tal estrutura existisse em 1941, o problema da divisão do comando do Pacífico provavelmente não teria acontecido, pois o próprio CCDR responsável pela área correspondente poderia ter assumido a coordenação das operações desenvolvidas por Nimitz e MacArthur. Desde 1947, o Comando Indo-Pacífico dos EUA (USINDOPACOM⁴⁰) está ativado e, não à toa, foi o primeiro a ser criado.

O desenvolvimento da guerra na forma conjunta foi importante no passado e é indispensável no presente e futuro. A relevância desse trabalho reside no fato de que, aprendendo com os erros do passado e sofisticando o pensamento e a doutrina, as perdas podem ser reduzidas. Tão importante quanto a unidade de comando, é a unicidade de objetivos e propósitos entre os militares. Assim, trazendo esse estudo para a realidade das FA do Brasil, tal constatação deve servir de inspiração, não apenas como aprendizado teórico, mas principalmente para estimular o desenvolvimento de um relacionamento que proporcione o crescimento recíproco e efetivamente construtivo entre as FA brasileiras.

Por fim, sugere-se, como futura linha de pesquisa, o desenvolvimento de mecanismos que contribuam para a implementação das melhores e mais eficientes maneiras de mitigar as disputas organizacionais, por vezes nociva, e incrementar a união de esforços pelas FA, de forma a enraizar a concepção da busca prioritária pelo atendimento dos objetivos estratégicos e operacionais, sob a ótica conjunta, em detrimento dos anseios singulares.

⁴⁰ Sigla do inglês *United States Indo-Pacific Command*.

REFERÊNCIAS

ANDERSON, Charles R. **Leyte**: The U.S. Army Campaigns of World War. Washington, D.C.: CMH U.S. Army, 2019. 39 p.

BARLOW, Jason B. Interservice Rivalry in the Pacific. **Joint Force Quarterly**, Washington, D.C., ed. 4, p. 76-81, maio 1994. Disponível em: <<https://apps.dtic.mil/sti/pdfs/ADA528913.pdf>>. Acesso em: 02 ago. 2022.

BASSOLI, Douglas. Nivelando Conhecimentos sobre o Sistema de Defesa dos Estados Unidos da América. **Military Review** ed. brasileira. Kansas: Combined Arms Center, Ft. Leavenworth, 2011. p. 2-8.

BREHM, William K. On Revolutions, Barriers, and Common Sense. In: QUINN, Dennis J. (Ed.). **The Goldwater-Nichols DOD Reorganization Act – A Ten-Year Retrospective**. Washington, D.C.: National Defense University Press, 1999. p. 35-64. Disponível em: <<https://permanent.fdlp.gov/lps51583/Goldwater-Nichols%20Retrospective%20-%20Nov%2099/gndod.pdf>>. Acesso em: 12 jun. 2022.

BUELL, Thomas B. **Master of Sea Power**: A Biography of Fleet Admiral Ernest J. King. Annapolis: Naval Institute Press, 1980. p. 166.

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA (EUA). Department of Defense. **Doctrine for the Armed Forces of the United States**. Joint Publication 1. Washington, D.C.: 2017. Disponível em: <https://www.jcs.mil/Portals/36/Documents/Doctrine/pubs/jp1_ch1.pdf?ver=2019-02-11-174350-967>. Acesso em: 22 jun. 2022.

_____. Department of Defense. **Joint Maritime Operations**. Joint Publication 3-32. Washington, D.C.: 2021. Disponível em: <https://www.jcs.mil/Portals/36/Documents/Doctrine/pubs/jp3_32ch1.pdf?ver=LB2ScYW4n1KjS-mvwho3eg%3d%3d>. Acesso em: 22 jun. 2022.

_____. Department of Defense. **Joint Operations**. Joint Publication 3-0. Washington, D.C.: 2018. Disponível em: <https://irp.fas.org/doddir/dod/jp3_0.pdf>. Acesso em: 22 jun. 2022.

_____. Department of Defense. **Organizational Development of the Joint Chiefs of Staff**. Joint History Office, Washington, D.C.: Joint History Office, 2013. p. 1-67. Disponível em: <https://www.jcs.mil/Portals/36/Documents/History/Institutional/Organizational_Development_of_the_JCS.pdf>. Acesso em: 22 jun. 2022.

_____. Department of Defense. **Reports of General MacArthur**: The Campaigns of MacArthur in the Pacific. Washington, D.C.: U.S. Army Center of Military History, 2006. Disponível em: <<https://history.army.mil/books/wwii/MacArthur%20Reports/MacArthur%20V1/index.htm>>. Acesso em: 28 jul. 2022.

EVANS, A.; GIBBONS, D. **A compacta história da Segunda Guerra**. Tradução de Maurício Tamboni. São Paulo: Universo dos Livros, 2016. 252 p. Título original: The compact Timeline of World War II.

FERRIL, Arther. **The Origins of War: from the Stone Age to Alexander the Great**. Colorado: Westview Press, 1997. p. 133.

FRANÇA, Lessa Júnia; VASCONCELLOS, Ana Cristina de. **Manual para Normalização de Publicações Técnico-Científicas**. 8. ed. Belo Horizonte: UFMG, 2007. 255 p.

GILBERT, Martin. **The Second World War: A Complete History**. New York: Henry Holt and Company, 1991. p. 322.

GUTIÉRREZ, José M. **Guerra del Pacífico: La Batalla del Golfo de Leyte**. Madrid: Nowtilus, S. L., 2016. 336 p.

JONES, Davi C. Reform: The Beginnings. In: QUINN, Dennis J. (Ed.). **The Goldwater-Nichols DOD Reorganization Act – A Ten-Year Retrospective**. Washington, D.C.: National Defense University Press, 1999. p. 3-10. Disponível em: <<https://permanent.fdlp.gov/lps51583/Goldwater-Nichols%20Retrospective%20-%20Nov%2099/gndod.pdf>>. Acesso em: 12 jun. 2022.

LOCHER III, James R. Building on the Goldwater-Nichols. In: QUINN, Dennis J. (Ed.). **The Goldwater-Nichols DOD Reorganization Act – A Ten-Year Retrospective**. Washington, D.C.: National Defense University Press, 1999. p. 11-22. Disponível em: <<https://permanent.fdlp.gov/lps51583/Goldwater-Nichols%20Retrospective%20-%20Nov%2099/gndod.pdf>>. Acesso em: 12 jun. 2022.

_____. **Victory on the Potomac: The Goldwater-Nichols Act Unifies the Pentagon**. Texas: Texas A&M University Press, 2002. p. 15-32 e 195-212.

MARTINS, Hélio L. A Batalha do Golfo de Leyte. In: VIDIGAL, Armando A. F.; ALVES DE ALMEIDA, Francisco E. (Org.). **Guerra no Mar: batalhas e campanhas navais que mudaram a história**. Rio de Janeiro: Record, 2009. cap. 14, p. 461-494.

MORISON, Samuel E. **History of U.S. Naval Operations in World War II: Coral Sea, Midway, and Submarine Actions**. New York: Little, Brown and Company, 1949. v. 4. p. 139.

SAKURAI, Célia. **Os Japoneses**. São Paulo: Contexto, 2007. 368 p.

SCHOM, Alan. **La guerra del Pacífico: De Pearl Harbor a Guadalcanal (1941-1943)**. Tradução de Juanjo Estrella. Barcelona: Paidós Iberica Ediciones, 2005. 552 p. Título original: The Eagle and the Rising Sun.

SHALIKASHVILI, John M. Goldwater-Nichols: Ten Years from Now. In: QUINN, Dennis J. (Ed.). **The Goldwater-Nichols DOD Reorganization Act – A Ten-Year Retrospective**. Washington, D.C.: National Defense University Press, 1999. p. 65-75. Disponível em: <<https://permanent.fdlp.gov/lps51583/Goldwater-Nichols%20Retrospective%20-%20Nov%2099/gndod.pdf>>. Acesso em: 12 jun. 2022.

SILVA, R. Gabrielle. Episódios da Guerra do Pacífico: a batalha aeronaval do Mar de Coral e as novas formas de fazer guerra no mar. **Revista Marítima Brasileira**, Rio de Janeiro, v. 138, n. 01/03, p. 131-144, jan/mar. 2018.

TOTA, Antonio P. Segunda Guerra Mundial. In: MAGNOLI, Demétrio (Org.). **História das Guerras**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2006. p. 355-389.

VEGO, Milan N. Major Joint/Combined Operations. **Joint Force Quartely**, Washington, D.C., ed. 48, p. 111-121, jan. 2008. Disponível em: <<https://apps.dtic.mil/sti/pdfs/ADA516642.pdf>>. Acesso em: 12 jun. 2022.

_____. **Joint Operational Warfare: Theory and Practice**. Newport, Rhode Island: U.S. Naval War College, 2009a. p. I, 3-29 e VIII, 4-90.

_____. **Operational Warfare at Sea: Theory and Practice**. New York: Routledge, 2009b. p. 73-130.

ANEXO

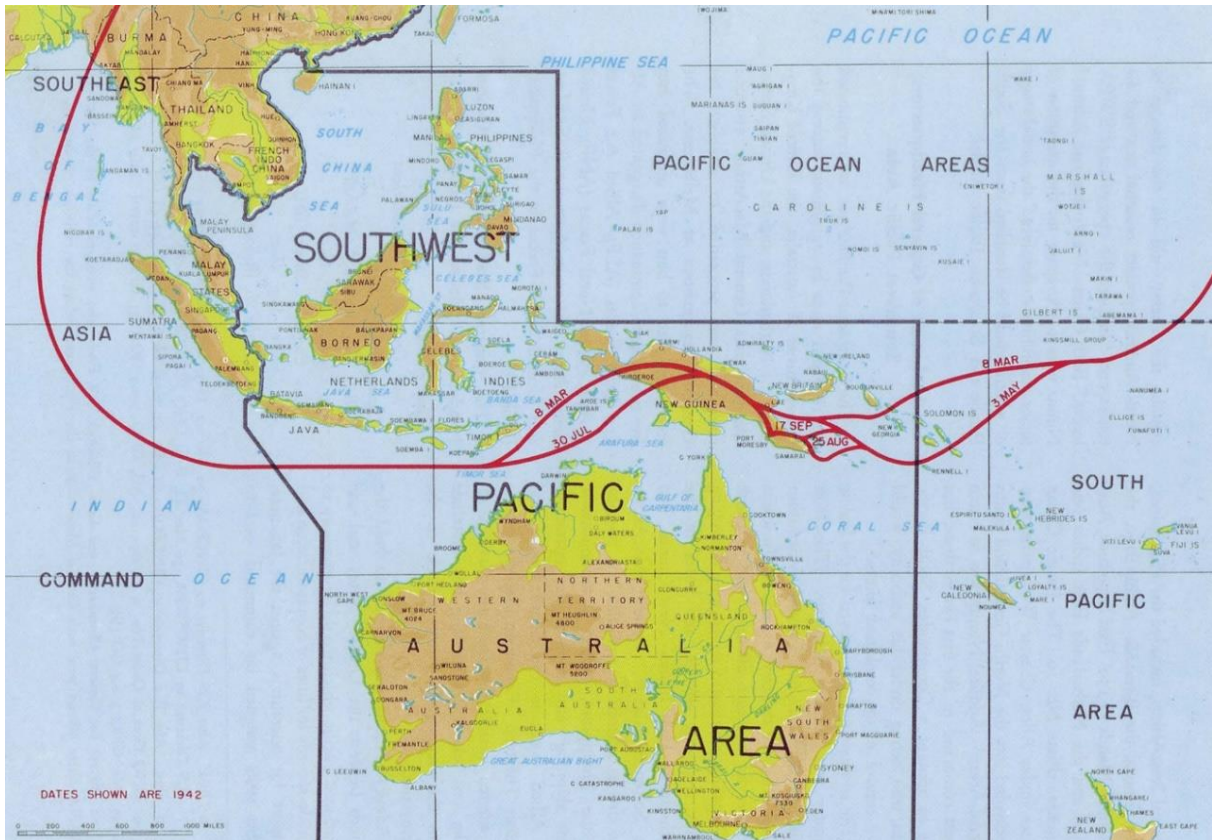


FIGURA 1 - Os limites da área do sudoeste do Pacífico e a extensão do avanço japonês.

Fonte: EUA, 2006, p. 32.



FIGURA 2 – Operação de desembarque no Golfo de Leyte.

Fonte: EUA, 2006, p. 185.

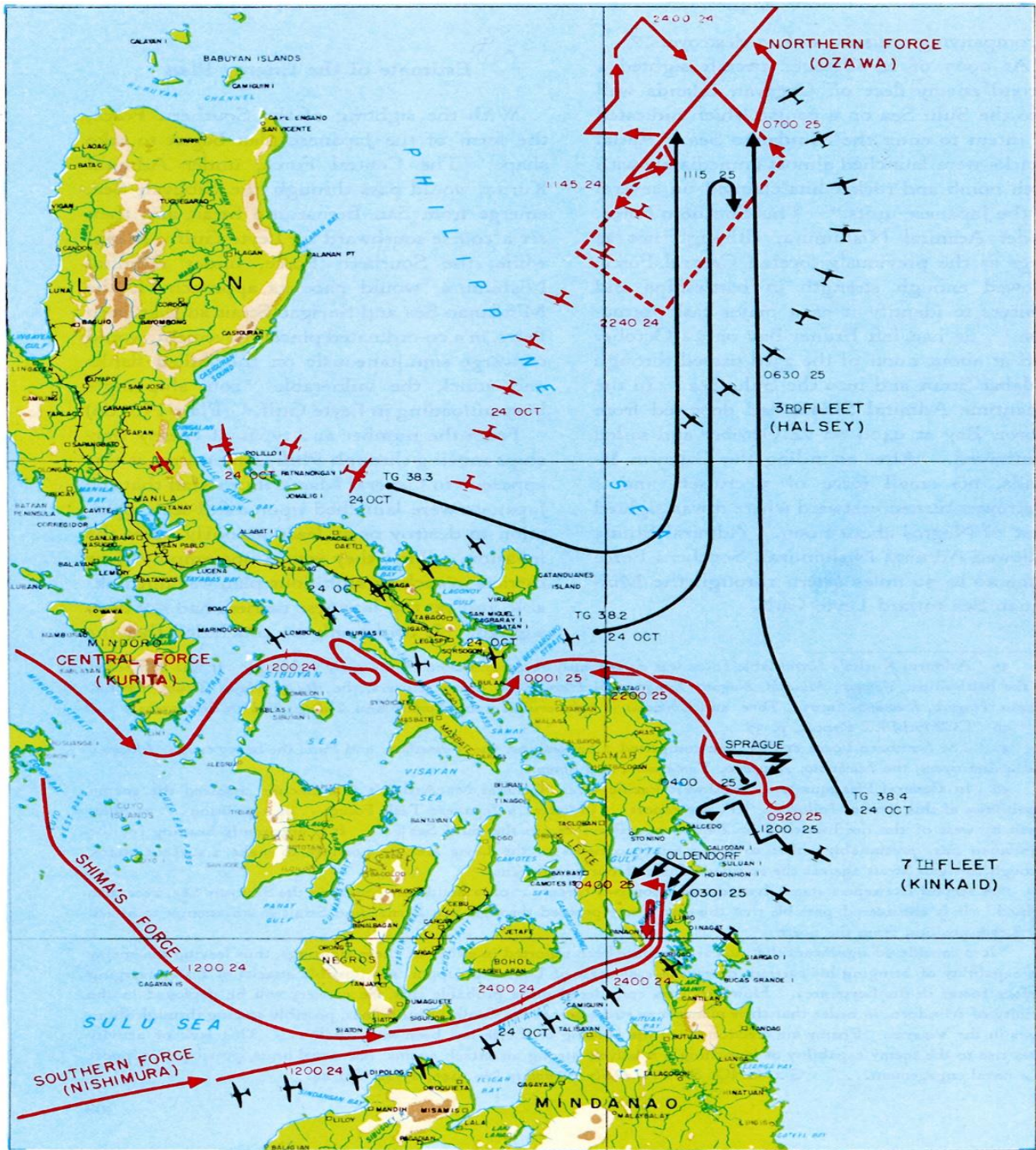


FIGURA 3 – Visão geral da batalha do Golfo de Leyte.

Fonte: EUA, 2006, p. 210.

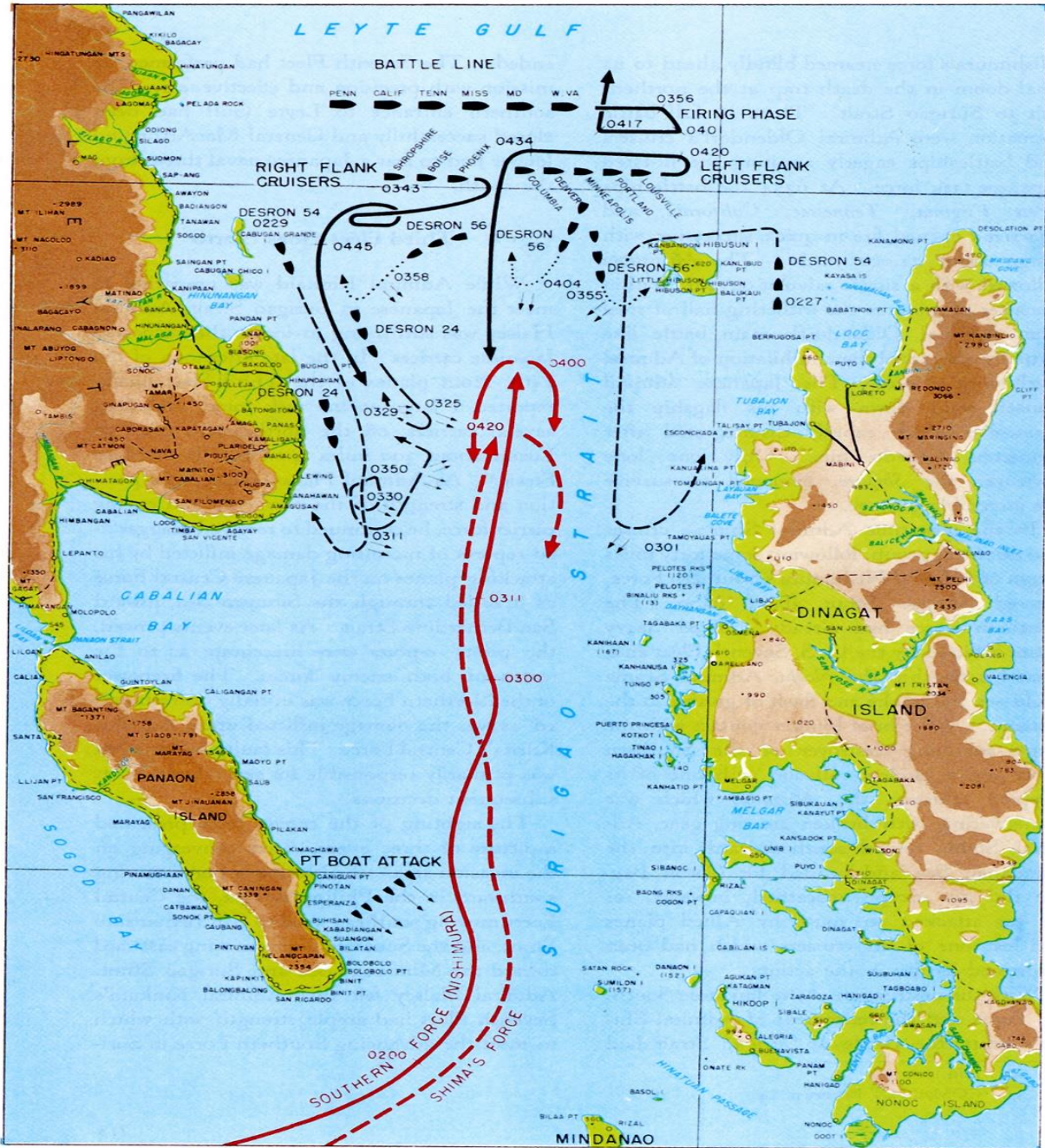


FIGURA 4 – Batalha do Estreito de Surigao.

Fonte: EUA, 2006, p. 214.

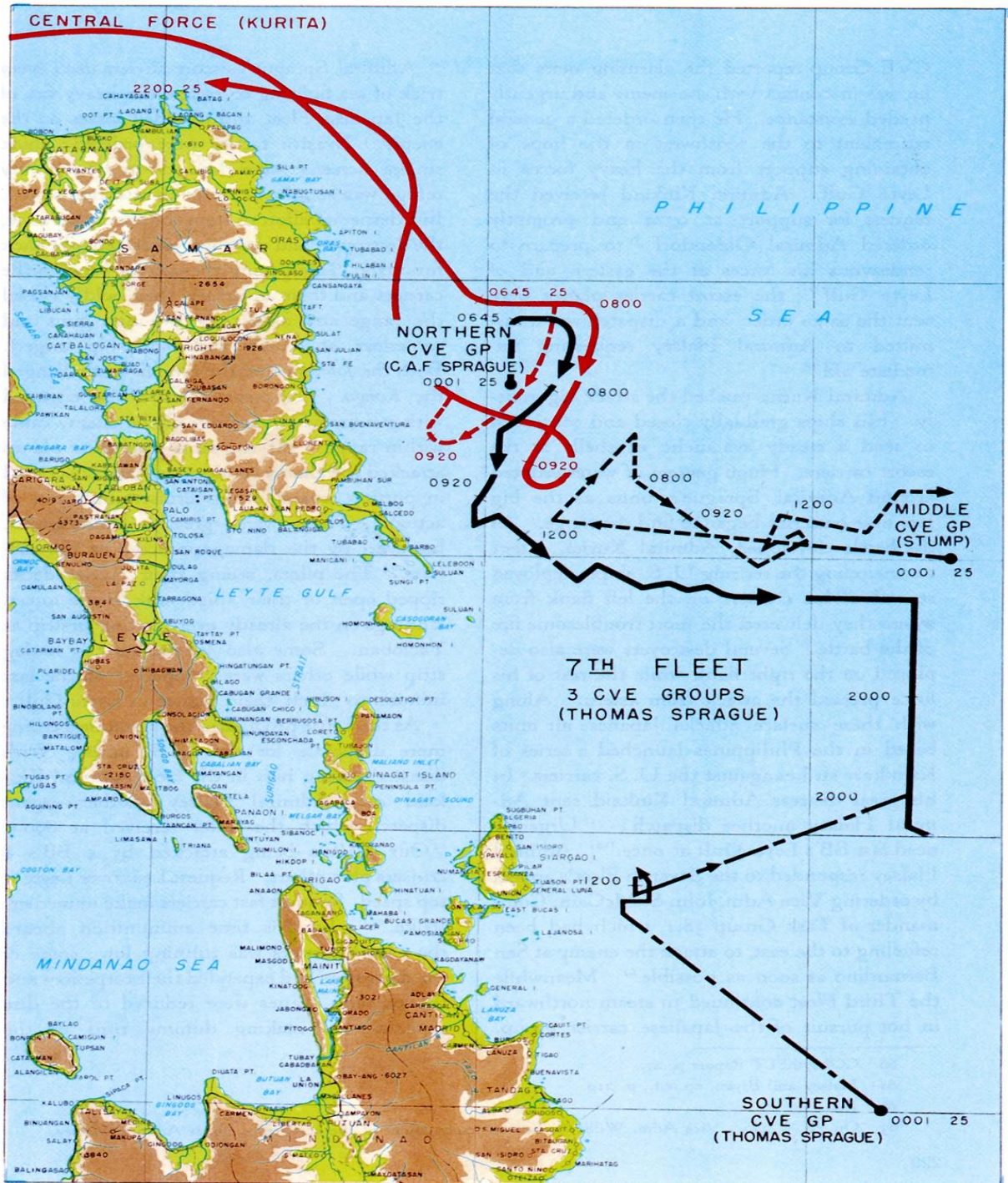


FIGURA 5 – Batalha da Ilha de Samar.

Fonte: EUA, 2006, p. 219.